

## Claro vai ativar sinal de 5G em SP e Rio na semana que vem



A aguardada tecnologia de internet móvel de quinta geração (5G) já tem data e local para estreitar no Brasil. Ela será ativada na próxima terça-feira, 14, em São Paulo e no Rio de Janeiro, com a cobertura restrita a alguns bairros. Esta será a primeira rede 5G da América Latina.

Por enquanto, a novidade será uma exclusividade de Claro. A operadora decidiu tomar um “atalho” para ofertar a nova geração de internet antes das suas concorrentes. A operadora vai empregar uma tecnologia desenvolvida pela Ericsson que permitirá à tele ligar o 5G nas frequências (espécies de “rodovias” por onde trafegam os sinais) já usadas para 4G, 3G e 2G. A mesma estratégia foi adotada recentemente por operadoras que qui-

seram antecipar a cobertura em países como EUA, Alemanha e Suíça, por exemplo.

A rede, no entanto, não vai desfrutar de outras vantagens do 5G, como a baixa latência (espécie de tempo de reação entre um pacote de dados ser enviado para a rede e retornar ao dispositivo). É um dos fatores mais importantes para a tecnologia, que pode garantir, por exemplo, a segurança de carros sem motorista nas ruas.

A expansão do 5G em larga escala e pleno potencial no Brasil ainda depende do leilão das faixas de frequências que será promovido pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O certame estava previsto para 2020, mas ficou para 2021, ainda sem data definida. Ali serão leiloadas as faixas específicas por onde o sinal do 5G vai alcançar todo o País,

sendo que a principal delas será a de 3.500 Mhz. O leilão está atrasado porque a Anatel ainda estuda como evitar que o 5G “trombe” com o sinal de parabólicas, que também usam a mesma frequência.

No Rio de Janeiro, a cobertura do 5G começará por Ipanema. Até o fim de setembro, chegará também a Leblon e Lagoa, se expandindo por toda a orla, do Leme até a Barra da Tijuca. Em São Paulo, a cobertura parte da região da Avenida Paulista e Jardins.

A Claro promete que o 5G terá conexões 12 vezes mais velozes que o 4G convencional. Segundo Teixeira, nos testes já foram registrados picos de até 400 megabytes por segundo, valor bem maior que a velocidade média da banda larga no País, na casa dos 50 megabytes por segundo.

IstoÉDinheiro

## Investimentos



**Em um dia, empresas brasileiras anunciam R\$ 15 bi em captações**

Página - 12

**Ações do Twitter disparam com projeto de assinatura**

Página - 12

## Meio Ambiente



**Energia eólica offshore promete impulsionar o futuro do Brasil**

Página - 13

## Indústria



**Indústria cresceu em 12 dos 15 locais pesquisados pelo IBGE em maio**

Página - 14

**Mercado de veículos só deve voltar ao patamar pré-pandemia em 2025**

Página - 14

## No Mundo

### Relação com Brasil não é diferente quando o assunto é restrição de viagens, diz Pompeo



O secretário de Estado americano, Mike Pompeo, afirmou nesta quarta-feira (8) que a relação dos EUA com o Brasil não é diferente da estabelecida com nenhum outro país quando o assunto é restrição de viagens.

Segundo Pompeo, as decisões do governo americano sobre reabertura de fronteiras serão tomadas “com base na ciência e na razão, e não na política.”

“O relacionamento com o Brasil não é diferente do que o com qualquer outro país. Estamos implementando um conjunto de métricas que determinarão quando é apropriado e seguro para o

povo americano permitir que as viagens venham de outros países”, disse o secretário a um grupo de jornalistas.

No mês passado, os EUA vetaram a entrada de brasileiros e passageiros que estiveram no Brasil nos últimos 14 dias, como medida para tentar conter o avanço do novo coronavírus. EUA e Brasil são hoje os líderes no mundo em números de casos e mortes por Covid-19.

Questionado pela reportagem se o Brasil precisaria alcançar um número mínimo de casos e vítimas para que os EUA reabram as fronteiras ao país, Pompeo preferiu não estabelecer metas e disse que as situações

serão analisadas caso a caso.

“Avaliaremos cada país separadamente e tomaremos decisões informadas com base na ciência e na razão, não na política. Nós vamos acertar. Vamos garantir que façamos tudo o que pudermos para abrir novamente nossa economia o mais rápido possível. Queremos que as viagens internacionais sejam retomadas o mais rápido possível, e isso abarca nossos grandes amigos na América do Sul, incluindo o Brasil.”

Pompeo também afirmou que o presidente Jair Bolsonaro é “perfeitamente capaz de tomar suas próprias decisões” na condução da pandemia.

Marina Dias/Folhapress

### Índia tem quase 700 mil casos de covid-19 e é o 3º país mais afetado

A Índia ultrapassou a Rússia ao atingir o número de 700 mil casos do novo coronavírus, o terceiro maior do mundo, de acordo com os dados mais recentes, e o surto não dá sinais de diminuição.

Dados do Ministério da Saúde divulgados nessa segunda-feira (6) mostraram que mais de 23 mil casos novos foram relatados em 24 horas, cifra um pouco inferior à do aumento recorde de 25 mil no domingo (5).

Desde que o primeiro caso surgiu, em janeiro, a Índia já teve quase 20 mil mortes.

Atualmente, a Índia é o terceiro país mais afetado do mundo, atrás dos Estados Unidos e do Brasil.

A nação acumula oito vezes mais casos do que a China, que tem população de tamanho semelhante e foi onde o vírus surgiu no fim do ano passado.

Autoridades informaram que reverteram a decisão de reabrir o Taj Mahal, a atração turística mais famosa da Índia, localizada na cidade de Agra, 200 quilômetros a sudeste de Nova Delhi, devido a uma série de casos novos na região.

Alasdair Pal/ABR



### Lei de segurança de Hong Kong define limites, diz líder



A lei de segurança nacional de Hong Kong não é “uma tragédia”, disse a líder do Executivo do país, Carrie Lam, nessa terça-feira (7). Ela tenta reverter a desconfiança sobre a nova legislação, aprovada pela China, que críticos dizem ser capaz de acabar com as liberdades responsáveis pelo sucesso da cidade como polo financeiro.

Ilustrando os temores em relação à lei, o aplicativo de vídeo TikTok disse que se prepara para sair do mercado de Hong Kong. Outras empresas de tecnologia disseram que suspen-

deram o processamento de pedidos de dados de usuários feitos pelo governo local.

A legislação abrangente imposta à ex-colônia britânica pune o que a China define como secessão, subversão, terrorismo e conluio com forças estrangeiras, com pena até de prisão perpétua.

As medidas entraram em vigor ao mesmo tempo em que foi divulgada ao público, pouco antes da meia-noite da terça-feira passada (30). A polícia prendeu mais de 300 pessoas em protestos realizados no dia seguinte -- cerca de 10 delas, incluindo um adolescente de 15 anos,

por supostas violações da lei.

“Certamente isso não é uma tragédia para Hong Kong”, disse Carrie Lam, a líder pró-Pequim, em entrevista coletiva semanal. “Tenho certeza de que, com o passar do tempo, aumentará a confiança no modelo ‘um país, dois sistemas’ e no futuro de Hong Kong”.

A legislação é criticada por ativistas democráticos e por governos ocidentais por minar as liberdades garantidas pela fórmula “um país, dois sistemas”, acertada quando Hong Kong voltou ao controle chinês em 1997.

Yanni Chow e Carol Mang/Reuters/ABR

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque  
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda  
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

## Após tombo recorde em abril, comércio se recupera em maio, diz IBGE



Com a reabertura de lojas em algumas regiões brasileiras durante o mês, as vendas do comércio se recuperaram em maio, fechando o mês em alta de 13,9% após queda recorde de 16,3% no mês anterior. Foi o maior crescimento da série histórica da pesquisa, iniciada em janeiro de 2000.

Os dados divulgados nesta quarta (8) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mostram, porém, que na comparação com maio de 2019, o comércio vendeu 7,2% a menos, o pior desempenho desde 2016. No acumulado do ano, o setor recua 3,9%.

Apesar da alta em maio, diz o instituto, as vendas do comércio brasileiro fecharam o mês em um patamar 7,3%

inferior ao registrado em fevereiro, último mês sem efeitos das medidas de isolamento social para controlar a pandemia do novo coronavírus.

“As vendas cresceram de abril para maio, mas o movimento não foi suficiente para rebater todos os efeitos da pandemia”, disse o gerente da pesquisa, Cristiano Santos. “Essa variação abrupta para cima não transforma o dado de maio em um dado positivo.”

No comércio varejista ampliado, que inclui vendas de veículos, motos, partes e peças e material de construção, o volume de vendas cresceu 19,6% em relação a abril, informou o IBGE. O volume de vendas está 15,4% abaixo do verificado em fevereiro.

Em maio, todos os ramos pesquisados pelo IBGE ti-

veram aumento nas vendas. Um dos setores mais afetados pela pandemia, o comércio de vestuário e calçados dobrou as vendas no mês, na comparação com abril. Móveis e eletrodomésticos (47,5%) e Outros artigos de uso pessoal e doméstico (45,2%) também registraram altas expressivas.

Na comparação com o ano anterior, porém, apenas hiper e supermercados venderam mais (4,7%). As vendas de vestuário, por exemplo, caíram 62,5%. Materiais de escritório caíram 38,2% e combustíveis e lubrificantes, 21,5%.

No acumulado do ano, apenas os setores considerados essenciais, supermercados e farmácias, registram alta nas vendas, de 5,2% e 2,9%, respectivamente.

Nicola Pamplona/Folhapress

## Vazamentos de óleo da Petrobras aumentaram 2.157% em 2019



O relatório anual de sustentabilidade da Petrobras informa que os vazamentos de óleo e derivados saltaram de 18,4 m<sup>3</sup> em 2018 para 415,3 m<sup>3</sup> em 2019. O aumento de 2157% é o pior índice dos últimos dez anos da empresa e reverte uma tendência de queda que vinha acontecendo entre 2015 a 2018, quando os vazamentos caíram 74%.

Embora os vazamentos tenham acontecido em 17 eventos, a maior parte do volume de óleo vazado deve-se a duas ocorrências nas plataformas P-58 (RJ) e na P-53 (ES), em fevereiro e março

## Governo tenta proibir queimadas na Amazônia por 120 dias em resposta a críticas de empresários

O Ministério do Meio Ambiente prepara um decreto que proíbe por 120 dias a realização de queimadas na Floresta Amazônica.

A medida, que foi adotada por 60 dias no ano passado, tem como objetivo tentar reduzir o desmatamento na região amazônica durante o período da seca, que teve início no mês passado.

A proibição foi discutida em reunião, promovida na terça-feira (7), no Palácio do Planalto, com a participação dos ministérios do Meio Ambiente, Agricultura e Relações Exteriores.

A iniciativa foi revelada pelo jornal Valor Econômico e confirmada nesta quarta-feira (8) pela reportagem. Segundo assessores presidenciais, ela ainda está em fase de avaliação e deve ser publicada até o final do mês.

O decreto é uma das respostas do governo brasileiro às críticas de investidores estrangeiros em relação à atual

política ambiental brasileira.

Em carta aberta, empresários que detêm US\$ 3,7 trilhões em ativos administrados ao redor do mundo criticaram a postura do país em relação à floresta amazônica.

O documento gerou preocupação no presidente Jair Bolsonaro, que solicitou à equipe ministerial uma reação imediata ao documento.

O Palácio do Planalto também identificou reação negativa no exterior à informação de que a Amazônia tem 23% da floresta em terras públicas não destinadas registradas ilegalmente como propriedades privadas.

Como reação, Bolsonaro prepara um pacote de medidas para tentar acalmar investidores estrangeiros. Sob o comando do vice-presidente Hamilton Mourão, coordenado do Conselho da Amazônia, o objetivo é tentar melhorar a imagem do país, sobretudo na União Europeia.

Gustavo Uribe/Folhapress



de 2019. Elas foram responsáveis, respectivamente, pelo vazamento de 251,8 m<sup>3</sup> e 122,1 m<sup>3</sup>.

Segundo análise do Inep (Instituto de Estudos Estratégicos em Petróleo, Gás Natural e Biocombustível), parte dos vazamentos também ocorreu “por descarte contínuo de água com óleo em processos de produção que estavam em desacordo com a legislação ambiental”. Em 62% dos casos, houve falhas nos equipamentos.

Em nota à reportagem, a Petrobras afirmou que nos dois principais vazamentos “as ações de controle foram imediatamente adotadas pela

Petrobras e acompanhadas pela Marinha do Brasil, IBAMA, ICMBIO e pela ANP. Foram realizadas operações de recolhimento, contenção e dispersão do óleo vazado”.

No entanto, segundo a análise do Inep, “o derramamento não foi comunicado imediatamente ao mercado e provocou danos às comunidades ribeirinhas, pescadores e ambulantes. O Ibama afirmou que houve falhas na contenção de danos e que nas duas ocorrências havia condições para o recolhimento do óleo derramado, o que não teria acontecido de forma adequada”.

Ana Carolina Amaral/Folhapress

Meribáspe Empreendimentos Imobiliários SPE S.A.

CNPJ/MF nº 22.348.203/0001-06

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Main financial statement table with columns for Balanços Patrimoniais, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, and Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto. Includes sub-sections like Demonstrações do Resultado Abrangente and Demonstrações do Resultado.

1. Contexto operacional - A Meribáspe Empreendimentos Imobiliários SPE S.A. foi constituída em 29/04/2015, e tem como objeto específico o planejamento, a promoção, desenvolvimento, incorporação, construção, locação e especialmente a venda do empreendimento imobiliário que será desenvolvido no imóvel situado na Rua Gerivaitiba nº 207, no bairro do Butantã, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, objeto da matrícula nº 241.644 registrada perante o 18º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo, bem como o recebimento dos aluguéis e parcelas decorrentes da locação e alienação, respectivamente, do referido empreendimento. O endereço da sede da Companhia é na Rua Hungria, nº 514 - 10º andar, conjunto 102, sala 25, Jardim Europa, CEP 01455-000, São Paulo-SP. 2. Principais práticas contábeis - 2.1. Base de apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os aspectos relacionados à transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento da Administração da Entidade, alinhado àquele manifestado pela CVM no Ofício Circular (CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). As demonstrações financeiras foram elaboradas através de diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise de recuperabilidade do imóvel a comercializar e dos demais riscos para determinação de outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 09/06/2020. 2.2. Moeda funcional: As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A Companhia não possui transações em moeda estrangeira. 2.3. Auração do resultado: i) Venda de bens (incorporação imobiliária): A Companhia adotou o CPC 47 - "Receitas de Contratos com Clientes", a partir de 01/01/2018, contemplando também as orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, de 12/12/2018, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída nas companhias abertas brasileiras do setor de incorporação imobiliária. De acordo com o CPC 47, o reconhecimento de receita de contratos com clientes passou a ter uma nova disciplina normativa, baseada na transferência de controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (at a point in time) ou ao longo do tempo (over time), conforme a satisfação ou não das denominadas "obrigações de performance contratuais". A receita é mensurada pelo valor que reflete a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento da receita. Os montantes das receitas de vendas apuradas, incluindo a atualização monetária das contas a receber com base na variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC), líquido das parcelas já recebidas (incluindo o valor justo das permutas efetuadas por terrenos), são contabilizados como contas a receber ou como adiantamentos de clientes, quando aplicável. O valor justo da receita das unidades vendidas é calculado a valor presente com base na taxa de juros para remuneração de títulos públicos indexados pelo Índice Nacional do Custo de Construção (INCC) entre o momento da assinatura do contrato e a data prevista para a entrega das chaves do imóvel pronto ao promitente comprador (a partir da entrega das chaves, sobre as contas a receber passam a incidir juros, acrescidos de atualização monetária). Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao novo valor justo para determinação da receita a ser apropriada, sobre o qual será aplicada o POC. O encargo relacionado à comissão de venda é de responsabilidade do adquirente do imóvel, não incorporando o preço de venda. Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais são revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e são refletidas no resultado no período em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão. Após a entrega das chaves das unidades comercializadas, a atualização monetária das contas a receber passa a ser calculada pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M e passam a incidir juros, apropriados de forma "pro rata temporis". Nessa fase, a atualização monetária e os juros passam a ser registrados como receita financeira pelo método da taxa efetiva de juros e não mais integram a base para determinação da receita de vendas. 2.4. Caixa equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras. Para que uma aplicação financeira de curto prazo seja qualificada como equivalente de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Em sua maioria, são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado". 2.5. Contas a receber de clientes: São demonstrados ao custo, acrescidos de variação monetária, líquidos de ajuste a valor presente. A provisão para créditos de liquidação duvidosa e distratos são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de contas a receber. As parcelas em aberto são atualizadas com base no Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) para a fase de construção do projeto, e pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e juros, após a data de entrega das chaves das unidades concluídas. 2.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. Para as vendas a prazo, as contas a receber devem ser mensuradas a valor presente considerando o prazo e o diferencial entre taxa de juros de mercado e a taxa de juros implícita nos contratos de compra e venda de unidades imobiliárias na data de assinatura. Adicionalmente, essa norma contábil também é adotada para os valores a pagar relevantes e/ou superiores há 12 meses e que se referem às aquisições de terrenos, sendo que para esses casos, a Administração considerou o ajuste do passivo contra a conta de Imóveis a comercializar. Esses ajustes impactam o resultado no momento em que os custos do terreno são reconhecidos ao resultado. A taxa utilizada do ajuste a valor presente tem como fundamento e premissa a taxa média dos financiamentos e empréstimos obtidos pela Companhia. A Companhia efetuou o cálculo a valor presente, considerando a taxa de desconto de 3,60% a.a. 2.7. Imóveis a comercializar: Para os imóveis em construção a parcela em estoque correspondente ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas, e estão demonstrados ao custo de construção que não excede ao seu valor líquido realizável. 2.8. Redução ao valor recuperável: i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do

# Publicidade Legal

... continuação

## Meribáspe Empreendimentos Imobiliários SPE S.A. Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da  
**Meribáspe Empreendimentos Imobiliários SPE S.A.** – São Paulo-SP.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Meribáspe Empreendimentos Imobiliários SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/03/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Meribáspe Empreendimentos Imobiliários SPE S.A. em 31/03/2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular /CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervi-

são do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis

utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de junho de 2020.

**Ernst & Young Auditores Independentes S.S.**  
CRC 2SP 034.519/O-6

**Felipe Safrá Dória de Azevedo**  
Contador  
CRC 1SP 264.144/O-0

**AcessoPar Investimentos e Participações S.A.**  
CNPJ/ME nº 20.430.599/0001-00 – NIRE 35.300.466.284  
**Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária**  
Convocamos os Srs. Acionistas para se reunirem em AGE a ser realizada no dia 16/07/2020, às 17h00, por meio de videoconferência (conforme link a ser enviado por e-mail a cada um dos Acionistas), para a seguinte Ordem do Dia: (i) Ratificar os votos do representante da Companhia na Ata de AGOE da Acesso Soluções de Pagamentos S.A., realizada em 03/06/2020; (ii) Aprovar a cessão do direito de preferência da Companhia, permitindo o exercício do *bridge loan* diretamente pelos Acionistas da Companhia, bem como as diretrizes de atuação em bloco. São Paulo, 06/07/2020. O Conselho de Administração. (07, 08 e 09/07/2020)

**Comunicado**  
A Sra. **Maria Laura Morroni Gavioli**, portadora do RG nº 4.452.818-SP e da OAB-SP nº 86.617 e o Sr. **Davison Medeiros Gavioli**, portador do RG nº 16.774.596-SP, comunicam que no dia 26/06/2020, às 14:00 hs., receberam um comunicado do Advogado Dr. Caio Gonçalves, representante da Empresa Fênix Administradora de Bens Próprios Ltda., este dando conta que havia uma dívida de aproximadamente R\$ 540.000,00, valores estes apurados por conta do não pagamento de aluguéis de um imóvel localizado na Estrada José Augusto Teixeira, 1011 – Torão de Ouro, Bosque dos Eucaliptos, São José dos Campos-SP, tendo sido, inclusive, expedido um Contrato de Locação Comercial para o imóvel localizado no endereço acima. A Sra. Maria Laura Morroni Gavioli e o Sr. Davison Medeiros Gavioli, informam que pessoas desconhecidas utilizaram de seus dados pessoais para firmarem o aludido Contrato de Locação. Informam ainda que, algum tempo depois, receberam um e-mail do advogado acima citado, dando conta que fora constatado o delito – da utilização de seus dados pessoais por terceiros – e, de fato, nada deviam, pois se tratava de uma Fraude. Em 06/07/2020, foi lavrado o Boletim de Ocorrências nº 1278/2020 na Delegacia de Polícia de Ilhabela, o qual teve o objetivo de registrar os fatos ocorridos. Ilhabela-SP, 07 de julho de 2020. **Maria Laura Morroni Gavioli e Davison Medeiros Gavioli**

## Mastercard e Visa entregam ao BC proposta para aceitar pagamentos pelo WhatsApp



<b>DÓLAR</b>	Nasdaq (Nova York): 1,44%
compra/venda	CAC 40 (Paris): -1,24%
Câmbio livre BC -	Dax 30 (Frankfurt): -0,97%
R\$ 5,3476 / R\$ 5,3482 **	Financial 100 (Londres): -0,55%
Câmbio livre mercado -	Nikkei 225 (Tóquio): -0,78%
R\$ 5,351 / R\$ 5,353 *	Hang Seng (Hong Kong): 0,59%
Turismo - R\$ 4,940 /	Shanghai Composite (Xangai): 1,78%
R\$ 5,540	CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 1,61%
(*) cotação média do mercado	Merval (Buenos Aires): 0,59%
(**) cotação do Banco Central	IPC (México): -0,78%
Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,610%	<b>ÍNDICES DE INFLAÇÃO IPCA/IBGE</b>
<b>OURO BM&amp;F</b>	Fevereiro 2019: 0,43%
R\$ 309,49	Março 2019: 0,75%
<b>BOLSAS</b>	Abril 2019: 0,57%
Bovespa (Ibovespa)	Maio 2019: 0,13%
Variação: 2,05%	Junho 2019: 0,01%
Pontos: 99.769	Julho 2019: 0,19%
Volume financeiro: R\$ 26,497 bilhões	Agosto 2019: 0,11%
Maiores altas: Braskem PN (6,51%), B3 ON (6,09%), Grupo Natura ON (6,04%)	Setembro 2019: -0,04%
Maiores baixas: CVC Brasil ON (-6,07%), Marfrig ON (-2,28%), IRB Brasil ON (-2,00%)	Outubro 2019: 0,10%
<b>S&amp;P 500 (Nova York):</b> 0,78%	Novembro 2019: 0,51%
<b>Dow Jones (Nova York):</b> 0,68%	Dezembro 2019: 1,15%
	Janeiro 2020: 0,21%
	Fevereiro 2020: 0,25%
	Março 2020: 0,07%
	Abril 2020: -0,31%
	<b>SALÁRIO MÍNIMO</b>
	Janeiro 2020: R\$ 1.039,00
	Fevereiro 2020: R\$ 1.045,00

A Mastercard e a Visa protocolaram na terça-feira (7) junto ao Banco Central uma proposta para poder realizar pagamentos pelo WhatsApp.

A medida atende a um pedido do órgão regulador, que barrou a atuação das bandeiras de cartão no aplicativo e determinou que o sistema fosse submetido a regulação prévia.

Não há prazo para a aprovação da proposta e início das operações, afirma João Pedro Paro Neto, presidente da Mastercard Brasil e Cone Sul.

Ele disse confiar que a aprovação será ágil, mas que há um trabalhador entre "regulador e regulado" a ser feito.

Procurado, o Banco Central disse que não comenta casos específicos.

No dia 15 de junho, o Facebook, que é dono do WhatsApp, anunciou o lançamento mundial de pagamentos pelo aplicativo no Brasil. E disse que havia fechado um acordo com Cielo (maquininha de cartão), Mastercard e Visa (bandeiras), Nubank, Banco do Brasil e Sicredi para realizar as transações.

O sistema, no entanto, foi barrado pelo Banco Central, que pediu que a nova estrutura de pagamento passasse por autorização prévia. Para poder exigir essa autorização, o Banco Central mudou uma nota que existia desde 2013.

Paro Neto afirma que o regulador estava preocupado com questões de se-

gurança, por isso passou a exigir a criação de um arranjo de transferências. Até então, existia apenas o arranjo de pagamentos, que são organizados pelas bandeiras. Esses arranjos dizem como são conectados consumidores (que têm cartões), bancos (que emitem os cartões) e maquininhas (a ferramenta do lojista para aceitar o pagamento).

A bandeira é responsável por unir as pontas desse sistema.

No WhatsApp, além de pagamentos, também será possível fazer transferência entre pessoas e passa a existir agora uma estrutura dessas para dar segurança às operações, segundo Paro Neto. O sistema também será organizado pela bandeira.

Tássia Kastner/Folhapress



**Esek Empreendimentos Imobiliários SPE S.A.**

CNPJ/MF nº 23.494.367/0001-04

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020 e 2019 (Valores expressos em Milhares de Reais)

Balancos Patrimoniais	Nota	2020	2019	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				Reserva Legal	Reserva de lucro	Lucro/(Prejuízo) Acumulados	Adiantamento para Futuro	Total Patrimônio Líquido
				Integralizado	a integrar	Reserva	Reserva					
<b>Ativo Circulante</b>		670	573									
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	31									
Títulos e valores mobiliários	5	667	542									
Impostos a recuperar		1										
<b>Não circulante</b>		19.314	17.790									
Estoques de imóveis	6	19.314	17.790									
<b>Total do ativo</b>		<b>19.984</b>	<b>18.363</b>									
<b>Passivo Circulante</b>		171	169									
Obrigações sociais e fiscais		171	6									
Dividendos a pagar		9	9									
Contas a pagar		160	154									
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>19.814</b>	<b>18.194</b>									
Capital social	7.a	19.950	18.250									
(-) Capital social a integrar		(9)	(11)									
Reserva legal		1	1									
Lucros retidos			54									
Prejuízos acumulados		(128)										
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>19.984</b>	<b>18.363</b>									

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

1. Contexto operacional – A Esek Empreendimentos Imobiliários SPE S.A. foi constituída em 19/10/2015, e tem como objeto específico o planejamento, a promoção, desenvolvimento, incorporação, construção, locação e, especialmente, a venda do empreendimento imobiliário que será desenvolvido nos imóveis situados a Rua Valdemar Ferreira, 290, 300, 344 e 364, no bairro do Butantã na cidade de São Paulo Estado de São Paulo, objetos das matrículas nº 251.348, 251.349, 251.350 e 251.351 todas registradas perante o 18º oficial de Registro de Imóveis de São Paulo. O endereço da sede da Companhia é na Rua Hungria, 514 – 10º andar, conjunto 102, sala 28, Jardim Europa, CEP 01.455-000, São Paulo-SP. 2. Principais práticas contábeis – 2.1. Base de apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1), que incluem os princípios previstos na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 04/06/2020. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise de recuperabilidade do imóvel a comercializar e dos demais riscos para determinação de outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. 2.2. Moeda funcional: As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A Companhia não possui transações em moeda estrangeira. 2.3. Apuração do resultado: A Companhia encontra-se em fase de desenvolvimento do empreendimento imobiliário, contudo enquanto as obras não são iniciadas houve operação de permuta de imóveis, sendo reconhecidos no resultado a receita de permuta operacional, os custos e despesas com materiais de consumo, necessárias a sua constituição e manutenção, bem como receitas financeiras as quais foram reconhecidas conforme o regime contábil da competência do exercício. 2.4. Caixa equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras. Para que uma aplicação financeira de curto prazo seja qualificada como equivalente de caixa, ela precisa ter convertibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Em sua maioria, são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado". 2.5. Instrumentos financeiros: De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1), o reconhecimento, a mensuração e a evidênciação dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia têm como base o custo amortizado. A Companhia reconhece um ativo financeiro pelo seu valor presente incluindo o pagamento dos juros, quando aplicável. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia torna-se uma parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. 2.6. Estoque de imóveis: Composto pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é composto pelo valor do terreno adquirido para incorporação imobiliária acrescido dos gastos com construção, impostos, taxas e encargos financeiros. O imóvel a comercializar está apresentado no ativo circulante pois a Administração pretende iniciar a venda das unidades dentro do próximo exercício. 2.7. Redução ao valor recuperável: Os valores contábeis dos estoques são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil exceda o valor recuperável estimado, sendo o montante reconhecido no resultado. 2.8. Passivo circulante: Compostos pelas obrigações fiscais, comerciais e societárias, registradas pelos valores conhecidos e/ou calculáveis acrescidos dos encargos financeiros, quando aplicáveis e ajustados a valor presente pela taxa efetiva de juros. 2.9. Tributos – IRPJ, CSLL, PIS e COFINS: Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido, cuja base de apuração do IRPJ e da CSLL é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras e outras receitas, sobre as quais se aplica a alíquota regular de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Quanto ao PIS e COFINS, a base de cálculo é o total das receitas da pessoa jurídica, sem deduções em relação a custos, despesas e encargos. Nesse regime, as alíquotas da Contribuição para o PIS e da COFINS são, respectivamente, de 0,65% e de 3%. 2.9. Resultado por ação: O resultado por ação foi calculado de acordo com o Art. 187 – inciso VII da

Lei nº 6404/76, o qual exige que seja apresentado nas demonstrações do resultado (DRE), o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social (Resultado do exercício dividido pela quantidade de ações em circulação na data-base das demonstrações financeiras). 3. Novas normas e interpretações ainda não adotadas – As práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), bem como as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) estão em constante e contínuo processo de revisão, com o objetivo de aperfeiçoar as normas contábeis, auxiliando o leitor no processo de leitura, entendimento e análise comparativa com outras empresas do mercado. Com isso, segue abaixo a natureza e a vigência da nova norma e suas alterações:

**Pronunciamento Descrição Vigência**

CPC 06(R2) – Referre-se à definição e a orientação Exercícios anuais

Arrendamento iniciado a partir

Mercantil visto no IFRS 16. de 01/01/2019.

Para as alterações do CPC 06(R2), cuja vigência é 01/01/2019, a Administração da Companhia está aguardando a correspondente atualização para as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1) para avaliar os efeitos em suas demonstrações financeiras. 4. Caixa e equivalentes de caixa – Contemplam saldos em bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme composição abaixo:

**2020 2019**

Banco conta movimento 2 31

Itaú – Soberano DI LP 667 542

**667 542**

A aplicação financeira Itaú Soberano DI LP é composto por investimento em fundo de renda fixa referenciado DI, o qual investe substancialmente em operações compromissadas (LFT) e operações compromissadas.

**6. Estoque de imóveis**

Residencial

Localidade São Paulo-SP

Início das obras Dezembro de 2019

Data de conclusão do projeto Novembro de 2021

**2020 2019**

Custos de construção 2.071 699

Custo de aquisição – terrenos 17.243 17.091

**19.314 17.790**

A intenção da administração é a de venda do imóvel, por essa razão o montante contabilizado como estoque no ativo circulante. O valor dos estoques é avaliado anualmente para fins de redução ao valor recuperável ("impairment"). A avaliação é efetuada através de laudos especializados preparados por especialistas do setor imobiliário e que levam em conta a expectativa dos resultados futuros a serem obtidos com o empreendimento imobiliário. Com base no laudo de avaliação, a Administração analisou a recuperabilidade do ativo e não identificou indicadores de perda. 7. Patrimônio líquido – 7.1. Capital Social: Em 31/03/2020, o capital social é de R\$19.950 representado por 19.950.000 ações ordinárias sem valor nominal (R\$18.250 representado por 18.250.000 ações em 2019) e estão assim distribuídas:

**2020**

Quantidade de ações ordinárias (unidades) Participação

SDI Administração de Bens Ltda. 19.950 0,10%

Tellus IV Participações S.A. 19.930.050 99,90%

**19.950.000 100,00%**

**2019**

Quantidade de ações ordinárias (unidades) Participação

SDI Administração de Bens Ltda. 18.250 0,10%

Tellus IV Participações S.A. 18.231.750 99,90%

**18.250.000 100,00%**

Em dezembro de 2019 as acionistas decidem aumentar o capital social da Companhia no montante de R\$1.700, mediante a emissão de 1.700.000 novas ações ordinárias, totalmente escritas e parcialmente integralizadas com o saldo registrado em adiantamento para futuro aumento de capital. 7.2. Reserva de legal: A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, que não excederá a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. 7.3. Distribuição de dividendos: A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, levantar balanços e demonstrações financeiras em períodos

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

sada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos,

conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos termos responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de junho de 2020.

**Ernst & Young Auditores Independentes S.S.** – CRC 2SP 034.519/O-6

**Felipe Safrá Dória de Azevedo** – Contador CRC 1SP 264.144/O-0

Laressa Garcia/Folhpress

# Após pandemia, 30% dos funcionários do Banco do Brasil permanecerão em home office



Com a pandemia do novo coronavírus e a necessidade de distanciamento social, a adoção do home office foi solução para muitas empresas.

O isolamento social fez com que o Banco do Brasil deixasse 32 mil funcionários em trabalho remoto. Depois da pandemia, a instituição pretende adotar o modelo permanentemente para cerca de 30% do quadro.

A iniciativa permitirá que a instituição desocupe 19 prédios corporativos em sete estados e no Distrito Federal.

Com isso, o banco estima que economizará R\$ 1,7 bilhões em 12 meses, considerando custos de aluguel de imóveis, serviços, materiais, manutenção, água, gás e energia.

De acordo com instituição, a mudança vai exigir três anos de investimentos, mas já trará mais ganhos que gastos neste ano. Segundo projeção, a redução permanente de despesas a partir de 2022 será de R\$ 185 milhões por ano.

Um estudo feito pelo banco mapeou 35 prédios corporativos, o equivalente a 750 mil metros quadrados. Com os funcionários em casa, a expectativa é de redução de 39% no espaço utilizado (290 mil metros quadrados).

## Publicidade Legal

## Refedin SPE Empreendimentos Imobiliários S.A.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Balancos Patrimoniais			Demonstrações do Resultado			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			
Ativo   Circulante	Nota	2020	2019	Nota	2020	2019	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Caixa e equivalentes de caixa	4	4	7	8	(190)	(173)	15.000	(1.500)	12.044
Aplicações financeiras	5	-	90		(163)	(172)			
Estoque de imóveis	6	14.566	14.304						
Adiantamentos a fornecedores		206	202						
Impostos a recuperar		6	6						
<b>Não circulante</b>		<b>16</b>	<b>16</b>						
Depósitos judiciais		16	16						
<b>Total do ativo</b>		<b>14.798</b>	<b>14.625</b>						
<b>Passivo</b>									
<b>Circulante</b>		<b>4</b>	<b>19</b>						
Fornecedores		1	11						
Obrigações sociais e fiscais		3	8						
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>14.794</b>	<b>14.606</b>						
Capital social	7.1	17.000	15.000						
(-) Capital social a integralizar		(14)	-						
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.2	-	1.444						
Prejuízos acumulados		(2.192)	(1.838)						
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>14.798</b>	<b>14.625</b>						

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

**1. Contexto operacional** – Constituída em 30/07/2012 sob a denominação de Refedin SPE Empreendimentos e Participações Ltda., alterou a denominação para Refedin SPE Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") em 15/02/2016 e transformou o tipo jurídico de sociedade limitada para anônima, bem como elegeu para os cargos de Diretores os Srs. Arthur José de Abreu Pereira, André Ferreira de Abreu Pereira e Narciso Manuel Alonso Marques Da Silva. A Companhia tem sede na Rua Hungria, nº 514 – 10º andar, conjunto 102, sala 16, Jardim Paulistano, CEP 01455-000, São Paulo-SP e tem como atividade principal (i) incorporação de empreendimentos imobiliários; (ii) aluguel de imóveis próprios; e (iii) compra e venda de imóveis próprios. **2. Principais práticas contábeis** – 2.1. **Base de apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1), que incluem os princípios previstos na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28/05/2020. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise de recuperabilidade do imóvel a comercializar e dos demais riscos para determinação de outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **2.2. Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A Companhia não possui transações em moeda estrangeira. **2.3. Apuração do resultado:** A Companhia encontra-se em fase de desenvolvimento do empreendimento imobiliário, portanto, não apresenta receitas da atividade fim, somente despesas necessárias à sua constituição e manutenção, bem como receitas financeiras as quais foram reconhecidas seguindo o regime de competência. **2.4. Caixa equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras. Para que uma aplicação financeira de curto prazo seja qualificada como equivalente de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Em sua maioria, são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado". **2.5. Instrumentos financeiros:** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1), o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia têm como base o custo amortizado. A Companhia reconhece um ativo financeiro pelo seu valor presente incluindo o pagamento dos juros, quando aplicável. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia torna-se uma parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. **2.6. Estoque de imóveis:** Composto pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é composto pelo valor do terreno adquirido para incorporação imobiliária acrescido dos gastos com construção, impostos, taxas e encargos financeiros. O imóvel a comercializar está apresentado no ativo circulante pois a Administração pretende iniciar a venda das unidades dentro do próximo exercício. **2.7. Redução ao valor recuperável:** Os valores contábeis dos estoques são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil exceda o valor recuperável estimado, sendo o montante reconhecido no resultado. **2.8. Passivo circulante:** Compostos pelas obrigações fiscais, comerciais e societárias, registradas pelos valores conhecidos e/ou calculáveis acrescidos dos encargos financeiros, quando aplicáveis e ajustados a valor presente pela taxa efetiva de juros. **2.9. IRPJ e CSLL:** A Companhia optou pelo regime de tributação do lucro presumido, o qual é aplicável às sociedades cujo faturamento anual

do exercício imediatamente anterior tenha sido inferior a R\$78.000. Nesse contexto, a base de cálculo do IRPJ e da CSLL são calculadas à razão de 32% para receitas de aluguel e 100% para receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares dos respectivos impostos e contribuição (15% para o IRPJ, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, e 9% sobre o lucro tributável para CSLL). Quanto ao PIS e Cofins, a base de cálculo é o total das receitas da pessoa jurídica, sem deduções em relação a custos, despesas e encargos. Nesse regime, as alíquotas da Contribuição para o PIS e da Cofins são, respectivamente, de 0,65% e de 3%. **2.10. Resultado por ação:** O resultado por ação foi calculado de acordo com o Art. 187 – inciso VII da Lei nº 6.404/76, o qual exige que seja apresentado nas demonstrações do resultado (DRE), o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social (Resultado do exercício dividido pela quantidade de ações em circulação na data-base das demonstrações financeiras). **3. Novas normas e interpretações ainda não adotadas** – As práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) bem como as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) estão em constante e contínuo processo de revisão, com o objetivo de aperfeiçoar as normas contábeis, auxiliando o leitor no processo de leitura, entendimento e análise comparativa com outras empresas do mercado. Com isso, segue abaixo a natureza e a vigência da nova norma e suas alterações:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 06(R2) – Arrendamento Mercantil	Refere-se à definição e a orientação do contrato de arrendamento previsto no IFRS 16.	Exercícios anuais iniciados a partir de 01/01/2019.

Para as alterações do CPC 06(R2), cuja vigência é 01/01/2019, a Administração da Companhia está aguardando a correspondente atualização para as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1) para avaliar os efeitos em suas demonstrações financeiras. **4. Caixa e equivalentes de caixa** – Contemplam saldos em bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme composição abaixo:

	2020	2019
Bancos e aplicações financeiras	4	7
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>7</b>

**5. Aplicações financeiras**  
Aplicações financeiras Itaú Soberano – 90  
Aplicação financeira Itaú Soberano DI LP é composto por investimento em fundo de renda fixa referenciado DI, o qual investe substancialmente em operações de comprissadas (LFT) e operações comprissadas.  
**6. Estoque de imóveis**  
Tipo de projeto Industrial  
Localidade Seropédica-RJ  
Início das obras Indefinido  
Percentual do projeto que já foi construído 0%  
Previsão de conclusão do projeto Indefinido

	2020	2019
Construções em andamento – Obras	1.763	1.763
Construções em andamento – Serviços	7.925	7.673
Construções em andamento – Arquitetura	712	702
Terrenos para Incorporações	4.166	4.166
<b>Total</b>	<b>14.566</b>	<b>14.304</b>

A intenção da administração é a de venda do imóvel, por essa razão o mantém contabilizado como estoque no ativo circulante. O valor dos estoques é avaliado anualmente para fins de redução ao valor recuperável ("impairment"). A avaliação é efetuada através de laudos específicos preparados por especialistas do setor imobiliário e que levam em conta a expectativa dos resultados futuros a serem obtidos com o empreendimento imobiliário. Com base no laudo de avaliação, a Administração analisou a recuperabilidade do ativo e não identificou indicadores de perda. **7. Patrimônio líquido** – 7.1. **Capital Social:** Em 31/03/2020, o capital social é de R\$17.000 (R\$15.000 em 2019) representado por 17.000.000 (15.000.000 em 2019) ações ordinárias sem valor nominal e estão assim distribuídas:

	2020	2019
<b>Acionistas</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias (unidades)</b>	<b>Participação</b>
SDI Administração de Bens Ltda.	5	0,0001%
Tellus III Participações S.A.	16.999.995	99,9999%
<b>Total</b>	<b>17.000.000</b>	<b>100,0000%</b>

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**  
sada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos,

conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de maio de 2020.  
**Ernst & Young Auditores Independentes S.S.** – CRC 2SP 034.519/O-6  
**Felipe Safrá Dória de Azevedo** – Contador CRC 1SP 264.144/O-0

**7.2. Adiantamento para futuro aumento de capital:** Durante o exercício de 2016 o acionista Tellus III Participações S.A. aportou o montante de R\$1.444 a título de adiantamento para futuro aumento de capital, o qual em 2019 foi incorporado ao capital social. **7.3. Destinação do resultado:** Não houve destinação no exercício devido a Companhia ter apresentado prejuízo. De acordo com o estatuto social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada balanço será a destinação que a Assembleia Geral estabelecer. **8. Despesas gerais e administrativas** – A composição das despesas administrativas é conforme segue:

	2020	2019
Serviços de terceiros	(58)	(60)
Anúncios e publicações	(38)	(39)
Viagens e Estádias	(6)	(24)
Luz e água	(21)	(36)
Acordos trabalhistas	(54)	-
Outras despesas administrativas	(13)	(14)
<b>Total</b>	<b>(190)</b>	<b>(173)</b>

**9. Partes relacionadas** – O estatuto social da Companhia não prevê remuneração para a sua Diretoria nem para os membros do Conselho de Administração. As operações com partes relacionadas referem-se aos honorários relacionados com serviços de gerenciamento e apoio técnico para construção do empreendimento imobiliário com a SDI no total de R\$22 (2019 – R\$206). **10. Instrumentos financeiros** – **10.1. Gestão de risco de capital:** A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações por meio da otimização do patrimônio. **10.2. Gestão de risco de liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Em 31/03/2020 e 2019 a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos. **11. Provisão para demandas judiciais** – Atualmente a Companhia não é parte integrante em nenhum processo judicial, não registrando, portanto, provisão para demandas judiciais em 2020 e 2019. **12. Eventos subsequentes** – No final de 2019 o mundo foi surpreendido pelo vírus corona, em consequência disso, os mercados globais operam pressionados sob a crescente incerteza do impacto econômico do surto do Covid-19. O salto em novos casos da doença em todo o mundo, provocou preocupação com uma possível recessão global. O mercado brasileiro não ficou imune, com queda brusca dos ativos de renda variável, enfraquecimento do real frente ao dólar, e no mês de março, abertura das taxas dos ativos de renda fixa. Várias ações estão sendo tomadas pelos bancos centrais e governos no mundo, com o objetivo de conter a crise (corte de juros, recompra de ativos para aumentar a liquidez dos mercados e aumento do crédito). Essa variação negativa pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados, ou mesmo, que seja intensificada. A Companhia está atenta aos eventos e impactos nas suas operações, buscando tomar as melhores decisões, nesse momento de mercado volátil. Embora não seja possível prever nesse momento a extensão, severidade e duração dos impactos do novo corona vírus, até a data dessas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos que pudessem modificar suas premissas de negócios e a mensuração dos seus ativos e passivos em 31/03/2020.

**André Ferreira de Abreu Pereira** – Diretor  
**Alexandre Henrique Borges** – Contador CRC 1SP 217.243/O-3

## Planos de saúde perdem 283 mil clientes em 2 meses, diz ANS



Os planos de saúde no Brasil perderam 283 mil clientes em dois meses, segundo balanço divulgado nesta terça-feira (7) pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

De acordo com os dados da ANS, em maio, o número de beneficiários caiu para 46,829 milhões de pessoas, contra 47,113 milhões no final de março. A redução do número de clientes ocorre em meio à pandemia da Covid-19. Em maio do ano passado, o número de clientes estava em 46,956 milhões.

Apesar da queda do número de clientes nos últimos em abril e maio, a ANS avalia que o cenário é de estabilidade, com pequenas oscilações em relação aos meses anteriores. Cabe ressaltar que os números podem sofrer modificações retroativas em função das revisões efetuadas pelas operadoras”, afirmou a agência, em nota.

A perda de beneficiários tem sido puxada pela diminuição dos planos individuais. Em maio, essa modalidade de contratação tinha 8,95 milhões de clientes, ante 9,042 milhões em igual mês de 2019. Nos planos coletivos empresariais, o número de beneficiários caiu para 31,609 milhões – 61 mil pessoas a menos na comparação anual.

Os números a ANS mostram ainda que existem atualmente 739 operadoras em atividades no país com 17.692 planos ativos. Biznews

Fique por dentro das principais notícias do dia  
[www.datamercantil.com.br](http://www.datamercantil.com.br)

**Aeon Empreendimentos Imobiliários SPE S.A.**

CNPJ/MF nº 28.644.915/0001-59

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		Capital social		Lucros (Prejuízos) acumulados		Adiantamento para futuro aumento de capital		Total Patrimônio Líquido	
Balancos Patrimoniais	Nota	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	Integralizado	Integralizar	Total	Total	aumento de capital	31/03/2020	31/03/2019
<b>ATIVO / Circulante</b>		<b>35.209</b>	<b>684</b>									
Caixa e equivalentes de caixa	4	19	42	Saldos em 31/03/2018		1.000		45	1.045	16.031	17.076	
Aplicações financeiras	5	35.122	594	Aumento de capital social		99.000	(99.000)					
Adiantamento a fornecedor		2	2	Adiantamento para futuro aumento de capital								71.619
Impostos a recuperar		47	46	Integralização de capital			99.000		99.000	(64.529)	34.471	
<b>Não circulante</b>		<b>191.696</b>	<b>170.022</b>	Prejuízo líquido do exercício				(6.277)	(6.277)		(6.277)	
Estoque de terrenos	6	191.016	169.342	<b>Saldos em 31/03/2019</b>		<b>100.000</b>		<b>(6.232)</b>	<b>93.768</b>	<b>23.121</b>	<b>116.889</b>	
Outros créditos		680	680	Aumento de capital social		100.000	(100.000)					
<b>Total do ativo</b>		<b>226.905</b>	<b>170.706</b>	Adiantamento para futuro aumento de capital								29.758
<b>PASSIVO / Circulante</b>		<b>1.908</b>	<b>1.701</b>	Integralização de capital					76.307	(52.879)	23.428	
Fornecedores		148	3	Lucro líquido do exercício					232	232	232	
Terenos a pagar	7	875	1.123	<b>Saldos em 31/03/2020</b>		<b>200.000</b>	<b>(23.693)</b>		<b>(6.000)</b>	<b>170.307</b>		<b>170.307</b>
Obrigações sociais e fiscais		91	10									
Contas a pagar		794	565	<b>Demonstrações do Resultado</b>	<b>Nota</b>	<b>31/03/2020</b>	<b>31/03/2019</b>	<b>Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto</b>				
<b>Não circulante</b>		<b>54.690</b>	<b>52.116</b>	<b>Receitas líquidas</b>	<b>10</b>	<b>13</b>	<b>49.461</b>	<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Adiantamento de clientes	8	52.071	50.076	(-) Custo dos imóveis vendidos	11		(55.655)	<b>31/03/2020</b>				
Terenos a pagar	7	2.619	2.040	Lucro (Prejuízo) bruto	13		(6.194)	<b>31/03/2019</b>				
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>170.307</b>	<b>116.889</b>	<b>Despesas operacionais</b>				<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>				
Capital social	9.1	200.000	100.000	Despesas administrativas	12	(182)	(176)	<b>232 (6.277)</b>				
Capital Integralizar	9.2	(23.693)		Despesas tributárias		(25)	(55)	<b>Resultado abrange do exercício</b>				
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.3		23.121	Prejuízo operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		(194)	(6.425)	<b>0,0000 (0,0001)</b>				
Prejuízos acumulados		(6.000)	(6.232)	<b>Resultado financeiro</b>				<b>31/03/2020</b>				
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>226.905</b>	<b>170.706</b>	Receitas financeiras		496	182	<b>31/03/2019</b>				
				Despesas financeiras		(19)	(48)	<b>232 (6.277)</b>				
				Prejuízo operacional antes do IRPJ e da CSLL		(283)	(6.291)	<b>Resultado abrange do exercício</b>				
				Imposto de renda e contribuição social		(51)	14	<b>232 (6.277)</b>				
				<b>Lucro/(Prejuízo) do exercício</b>		<b>232</b>	<b>(6.277)</b>	<b>0,0000 (0,0001)</b>				
				Resultado por ação		0,0000	(0,0001)	<b>232 (6.277)</b>				

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1. Contexto operacional** – A Aeon Empreendimentos Imobiliários SPE S/A foi constituída em 14/09/2017, e tem como objeto específico o planejamento, a promoção, desenvolvimento, incorporação, construção, locação e especialmente a venda do empreendimento imobiliário que será desenvolvido nos imóveis situados à Rua Tenente Negrão nºs 90 e 100 e da Rua Ibiatê nºs 32, 38, 52, 72, 86,92/100, 106 e 114; Rua Joaquim Floriano nºs 175, 179, 189, 191/195, 199/201, no bairro do Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, objetos das matrículas números 98.747, 30.697, 193.228, 101.341, 86.936, 5.385.159.976, 103.858, 43.518, 43.519, 47.727, 174.910, 174.911, 47.726 e 157.889 todas do 4º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP bem como o recebimento dos aluguéis e parcelas decorrentes da locação e da alienação, respectivamente, do referido empreendimento. O endereço da sede da Companhia é na Rua Hungria, nº 514 – 10º andar, conjunto 102, sala 36, Jardim Europa, CEP 01455-000, São Paulo-SP. **2. Principais práticas contábeis** – **2.1. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1), que incluem os princípios previstos na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 04/06/2020. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise de recuperabilidade do imóvel a comercializar e dos demais riscos para determinação de outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **2.2. Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A Companhia não possui transações em moeda estrangeira. **2.3. Apuração do resultado:** A Companhia encontra-se em fase de desenvolvimento do empreendimento imobiliário, contudo enquanto as obras não são iniciadas houve operação de permuta de imóveis, sendo reconhecidos no resultado a receita de permuta operacional, os custos e despesas com materiais de consumo, necessárias a sua constituição e manutenção, bem como receitas financeiras as quais foram reconhecidas conforme o regime contábil da competência do exercício. **2.4. Caixa equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras. Para que uma aplicação financeira de curto prazo seja qualificada como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Em sua maioria, são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado". **2.5. Instrumentos financeiros:** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1), o reconhecimento, a mensuração e a evidência dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia têm como base o custo amortizado. A Companhia reconhece um ativo financeiro pelo seu valor presente incluindo o pagamento dos juros, quando aplicável. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia torna-se uma parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. **2.6. Estoque de imóveis:** Composto pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é composto pelo valor do terreno adquirido para incorporação imobiliária acrescido dos gastos com construção, impostos, taxas e encargos financeiros. O imóvel a comercializar está apresentado no ativo circulante pois a Administração pretende iniciar a venda das unidades dentro do próximo exercício. **2.7. Redução ao valor recuperável:** Os valores contábeis dos estoques são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil exceda o valor recuperável estimado, sendo o montante reconhecido no resultado. **2.8. Passivo circulante:** Compostos pelas obrigações fiscais, comerciais e societárias, registradas pelos valores conhecidos e/ou calculáveis acrescidos dos encargos financeiros, quando aplicáveis e ajustados a valor presente pela taxa efetiva de juros. **2.9. Tributos – Imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS:** A Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro real, o Imposto de Renda é calculado com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240 no exercício e 9% sobre a base tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável em cada exercício fiscal. Quanto ao PIS e COFINS são calculados às alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente, com direito a créditos específicos calculados às mesmas alíquotas, quando aplicável. **2.9. Resultado por ação:** O resultado por ação foi calculado de acordo com o Art. 187 – inciso VII da

Lei nº 6404/76, o qual exige que seja apresentado nas demonstrações do resultado (DRE), o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social (Resultado do exercício dividido pela quantidade de ações em circulação na data-base das demonstrações financeiras). **3. Novas normas e interpretações ainda não adotadas** – As práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), bem como as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) estão em constante e contínuo processo de revisão, com o objetivo de aperfeiçoar as normas contábeis, auxiliando o leitor no processo de leitura, entendimento e análise comparativa com outras empresas do mercado. Com isso, segue abaixo a natureza e a vigência da nova norma e suas alterações:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 06(R2) – Arrendamento Mercantil	Refere-se à definição e a orientação do contrato de arrendamento previsto no IFRS 16.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º/01/2019.

Para as alterações do CPC 06(R2), cuja vigência é 01/01/2019, a Administração da Companhia está aguardando a correspondente atualização para as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1) para avaliar os efeitos em suas demonstrações financeiras. **4. Caixa e equivalentes de caixa** – Contemplam saldos em bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme composição abaixo:

	2020	2019
<b>Bancos e aplicações financeiras</b>	<b>19</b>	<b>42</b>
<b>5. Aplicações financeiras</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Itaú – Soberano DI LP</b>	<b>35.122</b>	<b>594</b>

A aplicação financeira Itaú Soberano DI LP é composto por investimento em fundo de renda fixa referenciado DI, o qual investe substancialmente em operações compromissadas (LFT) e operações compromissadas. **6. Estoque de imóveis** – Tipo de projeto: Uso Misto. Localidade: São Paulo-SP. Data de início do projeto: 02/2019. Início das obras: 09/2020. Percentual do projeto que já foi construído: 60%. Data de conclusão do projeto: 01/2023.

	2020	2019
Custos de construção	17.656	2.011
Custo de aquisição – terrenos	172.516	167.106
Encargos Financeiros	844	225
	<b>191.016</b>	<b>169.342</b>

A intenção da administração é a de venda do imóvel, por essa razão o mantém contabilizado como estoque no ativo circulante. O valor dos estoques é avaliado anualmente para fins de redução ao valor recuperável ("impairment"). A avaliação é efetuada através de laudos específicos preparados por especialistas do setor imobiliário e que levam em conta a expectativa dos resultados futuros a serem obtidos com o empreendimento imobiliário. Com base no laudo de avaliação, a Administração analisou a recuperabilidade do ativo e não identificou indicadores de perda. **7. Terrenos a pagar** – Corresponde aos saldos a pagar para os credores pelas aquisições dos imóveis conforme Escritura Pública:

	31/03/2020	31/03/2019
Terreno Rua Joaquim Floriano, nºs 189/191/195	1.136	1.863
Terreno Rua Ibiatê, nº 38	100	100
Terreno Rua Joaquim Floriano, nº 179	450	600
Terreno Rua Joaquim Floriano, nº 199/201	450	600
Terreno Rua Joaquim Floriano, nº 175	518	
Terreno Rua Ibiatê, nº 32	840	
	<b>3.494</b>	<b>3.163</b>
Circulante	875	1.123
Não circulante	2.619	2.040

**8. Adiantamento de clientes** – Em 31/03/2020, o montante de R\$52.071 (R\$50.076 em 2019) refere-se a confissões de dívidas decorrente de aquisições de imóveis, que serão pagos através de dação em pagamento de unidades do empreendimento a serem construídas. **9. Patrimônio líquido** – **9.1. Capital Social:** Em 31/03/2020, o capital social é de R\$200.000 representado por 200.000.000 ações ordinárias sem valor nominal (R\$100.000 representado por 100.000.000 ações em 2019) e estão assim distribuídas:

	31/03/2020	31/03/2019
<b>Acionistas</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias (unidades)</b>	<b>Participação</b>
SDI Administração de Bens Ltda.	1	0,01%
Tellus IV Participações S.A.	199.999.999	99,99%
<b>Total</b>	<b>200.000.000</b>	<b>100,00%</b>

Em setembro de 2018 os acionistas decidiram aumentar o capital da Companhia de R\$1.000 para R\$1.001.000, mediante a emissão de 99.000.000 novas ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas. Em dezembro de 2019 os acionistas decidiram aumentar o capital da Companhia de R\$100.000 para R\$200.000, mediante a emissão de 100.000.000 novas ações ordinárias, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas. **9.2. Capital a Integralizar:** Em 31/03/2020 e 2019 os saldos de capital a integralizar está composto da seguinte forma:

	31/03/2020	31/03/2019
Tellus IV Participações S.A.	(23.693)	

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras** sada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos,

conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de junho de 2020.

**Ernst & Young**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP 034.519/O-6

**Felipe Safrá Dória de Azevedo**  
Contador CRC 1SP 264.144/O-0

**Dólar cai para R\$ 5,34 com exterior e dados bons das vendas no varejo**



O dólar firmou queda nos negócios da tarde, após dois dias de alta. A sessão foi marcada pelo enfraquecimento da moeda americana no exterior, após notícias animadoras sobre uma vacina para combater o coronavírus, mas com o crescimento de casos nos Estados Unidos no radar. A melhora da atividade doméstica, hoje evidenciada por vendas no varejo melhores que o previsto, também ajudou a fortalecer o real, enquanto o Ibovespa voltou a encostar nos 100 mil pontos, que haviam sido perdidos com a pandemia do coronavírus.

Ao mesmo tempo, pesaram nos negócios no mercado de câmbio preocupações com possíveis infecções do coronavírus na cúpula do governo brasileiro após o presidente Jair Bolsonaro ter contraído a doença. Com esse temor, o dólar chegou a operar em alta por alguns momentos e, na máxima, foi a R\$ 5,3942 (+0,20%). No final dos negócios, o dólar à vista terminou em baixa de 0,63%, cotado em R\$ 5,3496.

As vendas do varejo cresceram 13,9% em maio, acima do previsto e ajudaram a aumentar a visão nas mesas de operação de que o ciclo de cortes de juros pelo Banco Central pode ter chegado ao fim. Nos juros futuros, as apostas de interrupção dos cortes subiram para 75%.

Com o dólar em queda mundial, o economista do BNP acredita que a moeda americana pode cair abaixo de R\$ 5,00 aqui no final do ano, desde que a economia doméstica siga se recuperando. Para o economista do BNP, é importante que o governo retome a agenda de ajuste fiscal e reformas pró-crescimento, especialmente aquelas que deem segurança jurídica para os estrangeiros.

**Brazil Senior Living S.A. - CNPJ/MF nº 17.070.693/0001-91 - NIRE nº 35.300.444.680**

Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)						Demonstrações do resultado				Demonstrações dos Fluxos de Caixa						
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado		Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado	
		2019	2018	2019	2018		2019	2018	2019	2018		2019	2018		2019	2018
<b>Circulante</b>		12.397	10.851	45.811	28.873		45.614	21.746	61.820	34.279						
Caixa e equivalentes de caixa	4	496	285	939	355	13	4.790	7.699	12.942	14.467						
Títulos e valores mobiliários	5	5.849	7.112	6.451	7.777	14	23.916	6.023	23.816	6.023						
Clientes a receber	6	1.661	1.462	30.077	14.729											
Adiantamentos	7	1.189	1.543	1.876	2.163	15	6.221	7.347	11.624	12.047						
Estoques				2.474	723											
Impostos a recuperar		314	30	969	2.094		474	427	1.979	1.257						
Ativo mantido para venda					9				335	226						
Outros créditos		2.888	410	3.025	1.023	16	9.289		10.135							
<b>Não circulante</b>		308.761	222.404	296.032	219.035											
Depósitos judiciais				11	11											
Partes relacionadas (outros contas a receber)	8	6.247	4.194			16			1.864	2.120						
Aplicações financeiras	5	3.911			3.979	12	2.107		2.107							
Investimentos	9	41.205	31.198			14	102.707		105.302							
Propriedade para investimento	3.5	20.800		20.800		18	170.335	210.936	170.335	210.936						
Imobilizado	10	121.076	183.514	126.127	187.311		398.834	385.372	398.834	385.372						
Direito de uso - arrendamento	12	111.945		115.384			2.003	2.003	2.003	2.003						
Intangível	11	3.597	3.858	29.731	31.713		230.502	176.439	230.502	176.439						
<b>Total do ativo</b>		<b>321.178</b>	<b>233.255</b>	<b>341.843</b>	<b>247.908</b>		<b>321.178</b>	<b>233.255</b>	<b>341.843</b>	<b>247.908</b>						

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido									
Saldo em 01/01/2018	Nota	Subscrito	Capital social A integralizar	Integralizado	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido da controladora	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
Integralização de capital	1	350.000		23.928			373.928		373.928
Eliminação da aquisição de participação societária em controlada					2.003	(636)	1.367	(1.915)	(546)
Aumento de capital	1	52.200	(16.828)	35.372			35.372		35.372
Prejuízo do exercício						(63.900)	(63.900)	(391)	(64.291)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>		<b>402.200</b>	<b>(16.828)</b>	<b>385.372</b>	<b>2.003</b>	<b>(176.439)</b>	<b>210.936</b>	<b>(391)</b>	<b>210.936</b>
Integralização de capital			13.482	13.482			13.482		13.482
Prejuízo do exercício						(54.063)	(54,063)		(54,063)
<b>Saldos em 31/12/2019</b>		<b>402.200</b>	<b>(3.366)</b>	<b>398.834</b>	<b>2.003</b>	<b>(230.502)</b>	<b>170.335</b>	<b>(391)</b>	<b>170.335</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

**1. Contexto Operacional** - A Brasil Senior Living S.A. ("Companhia" ou "BSL") possui sede na Rua Itaipopolis, 55, na cidade de São Paulo - SP e tem como acionista controlador final o Pátria Investimentos Ltda. por meio da participação no Pátria - Brazilian Private Equity Fund IV - Fundo de Investimento em Participações e Brazilian Private Equity IV - Fundo de Investimento em Participações. A BSL tem como objeto social prover assistência à idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes, em residências coletivas e particulares, incluindo serviços domésticos, de alimentação, de lazer, cuidados médicos eventuais e psicológicos, serviços de enfermagem e outros serviços pessoais, como serviço de assistência diária aos idosos e de acompanhamento, atividade de hotelaria em geral, com ou sem serviço de restaurante e a participação no capital de quaisquer outras sociedades, empresárias ou não, ou fundos de investimento, na qualidade de sócia, acionista ou cotista, no Brasil e/ou no exterior. A Companhia possui 100% de participação societária na empresa BSL Home Care Holding S.A. e de 100% do Hospital e Casa de Repouso Sainte-Marie Ltda. Os serviços disponibilizados pela BSL são: **ILPI (Instituição de Longa Permanência para Idosos)** - A operação de instituições de longa permanência para idosos (ILPI), compreende: assistência a idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes, em residências coletivas e particulares, incluindo serviços domésticos, de alimentação, de lazer, cuidados médicos eventuais e psicológicos, serviços de enfermagem e outros serviços pessoais, como serviço de assistência diária aos idosos e de acompanhamento, atividade de hotelaria em geral, com ou sem serviço de restaurante. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 5 unidades em operação (Unidade Cora Ipiranga, Unidade Cora Campo Belo, Unidade Cora Jardins, Unidade Cora Tatapé e Unidade Cora Higienópolis). Em 2019 possuía 6 unidades, pois incluía além das anteriormente citadas o Cora Vila Lobos encerrado em 2019. **Home Care (Prestação de Serviço Doméstico à Saúde)** - O grupo atua no segmento de Home Care através da empresa AssistCare para Serviços de Saúde S.A. o qual detém 100% de suas ações. A operação da linha Home Care tem em seu portfólio um grupo de comodidade, ou seja, possui cuidados qualificados de saúde, prestados por uma equipe completa, especializada e multidisciplinar, que envolve: Auxiliares e técnicos de enfermagem, enfermeiros, gerontólogos médicos, nutricionistas, fisioterapeutas, fonaudiólogos, psicólogos e assistentes sociais. A Companhia fechou ano com 4 escritórios (São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Vitória). **Cuidados pós-agudo (Hospital de Retaguarda)** - O Hospital de Retaguarda tem no seu portfólio o serviço de pós-agudo, ou seja, a prestação de serviços de Hospital de Apoio, Reabilitação, Hospício e Cuidados Paliativos para pessoas que necessitam de cuidados contínuos com a saúde. Com uma estrutura moderna, atendimento diferenciado conta com equipe multiprofissional e corpo clínico altamente qualificado. A Companhia possui duas unidades em operação (Unidade Brooklin e Unidade Chácara Santo Antonio). **Nova Estrutura Societária** - Em 22 de março de 2019 Pátria - Brazilian Private Equity IV - Fundo de Investimento Privado e Brazilian Private Equity IV - Fundo de Investimento Privado, assinaram Contrato de Compra e Venda de Ações como Vendedores, Doce Exploit Empreendimentos e Participações Eireli como compradora. A transação consolidou a alienação de 20% (vinte por cento) da participação societária detida por Pátria FIPs na Companhia para a Doce Exploit, controlada da Orpea S/A uma das maiores empresas no mundo no mercado de Senior Living e Pós Agudo com presença Global em mais de 16 países. A BSL apresenta em 31 de dezembro de 2019 capital circulante líquido negativo de R\$ 33.217 (R\$ 10.895 em 2018) na controladora e de R\$ 16.009 (R\$ 5.406 em 2018) no consolidado. Tendo em vista que a Companhia iniciou suas operações no exercício de 2015 e ainda está em fase de maturação dos negócios, tais como projetos operacionais recorrentes, porém vem atuando para expansão dos seus negócios, buscando acelerar o crescimento de suas receitas aliado a ações de redução de custo para melhoria da sua margem operacional. Além disso, a expertise de seu novo acionista com mais de 30 anos de atuação no mercado de Senior Living a pós agudo, contribuirá para implementação de ações em foco na melhoria operacional e crescimento da Companhia conforme mencionado na nota explicativa nº 18, a Controladora integralizou parcialmente o capital de R\$ 13.482 no exercício de 2019, restando R\$ 3.366 a integralizar. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia. A Administração acredita que o sucesso da implementação das estratégias estabelecidas em seu plano de negócios, tais como: aumento na taxa de ocupação das unidades Cora, aumento de sinergia entre as unidades Cora e as empresas AssistCare e Sainte Marie e negociação de novos contratos com operadoras de saúde para atração de novos clientes, irá contribuir para o aumento das receitas e manutenção dos custos variáveis e fixos. A Companhia considera que controla a investida se, e somente se, possuir todos os seguintes atributos: (a) poder sobre a investida; (b) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (c) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

**2. Base de preparação - 2.1 Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente essas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia e autorizadas para divulgação em 28 de fevereiro de 2020. **2.2 Base de mensuração** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado em contrário a seguir. **2.3 Moeda funcional e de apresentação** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos** - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(i) Incertezas sobre premissas e estimativas** - A principal estimativa é a expectativa de vida útil dos bens de imobilizado e intangível (nota 3.6 e 3.7), provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6), e provisão para contingências (nota 17). Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. **Mensuração do valor justo** - Uma série de políticas e divulgações contábeis da Entidade requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Entidade. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível a Entidade. Os valores justos são classificados em diferentes níveis de uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Notas explicativas nº 24** - instrumentos financeiros.

**3. Principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Empresa na gestão das obrigações de curto prazo. **3.2 Aplicações Financeiras e títulos e valores mobiliários** - Consistem em saldos de aplicações financeiras de curto prazo, que possuem carência com resgate superior a três meses e estão sujeitos ao risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado. Aplicações financeiras de longo prazo, consistem em saldos que possuem carência com resgate superior a doze meses e estão sujeitos ao risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado e atreladas à liquidação das operações de empréstimos e financiamentos. **3.3 Contas a receber** - As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a serviços prestados a curto prazo e são ajustados a valor presente se for relevante. No exercício, o ajuste a valor presente calculado foi considerado não relevante. A provisão para perdas de crédito esperadas ("PECLD") foi constituída com base em análise dos dados a receber, considerando o conceito de perda incorrida e perda estimada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras ou eventos que já indiquem a não realização desses valores. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não foi relevante devido ao curto prazo de realização. **3.4 Avaliação do valor recuperável de ativos** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou

tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Administração da Companhia não identificou ajustes de perda por "impairment" em 31 de dezembro de 2019. No caso dos ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, refletidos a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que desconta as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.3 Propriedade para investimento** - A propriedade para investimento é mensurada pelo custo e depreciada com base em vida útil econômica estimada. Em 2019 a Companhia reclassificou terrenos e edifícios da unidade Vila Romana devido a não elevação do projeto de mobilização e manutenção para investimentos em função de alteração do uso, iniciando o descometimento para projeto de venda. **3.6 Imobilizado - Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, se aplicável. O custo líquido gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. **Depreciação** - A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis definidas para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

Beneficentárias em andamento	20
Máquinas e Equipamentos	10
Instalações	10
Móveis e Utensílios	10
Veículos	5
Computadores e Periféricos	5

**3.7 Intangível - Reconhecimento e mensuração** - Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios é determinado com base em seu valor justo na data da aquisição. Os ativos intangíveis compreendem principalmente ágios provenientes da aquisição de empresas, software adquirido, carteira de clientes, marcas e acordos de não competição ("non-compete"). **Amortização** - A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado, bem como marcas avaliadas com vida útil indefinida. Vidas úteis estimadas são: (i) carteira de clientes 7 a 13 anos; (ii) "non-compete" 5 anos; e (iii) softwares 5 anos. **3.8 Outros passivos** - Outros passivos correntes são registrados pelos seus valores conhecidos ou estimáveis, acrescidos de juros, variações monetárias e encargos, quando aplicável. **3.9 Apropriação do resultado e reconhecimento de receitas** - A Companhia reconhece a receita à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas, operacionalizado por um modelo de 5 passos para reconhecimento e mensuração: (1) identificação de contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação de obrigação de desempenho prevista nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade de atender uma obrigação de desempenho. A Companhia identificou que os seus critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contrato com clientes seguem as disposições da norma nova. Suas receitas já são reconhecidas à medida em que a Companhia atende suas obrigações de desempenho. Do mesmo modo, as receitas com contratos com clientes já são igualmente mensuradas pelo preço da transação. Os valores das custas nos institutos variam de acordo com a modalidade escolhida (longa permanência, curta permanência ou "senior day"), tipo de acomodação e localização da unidade. A receita é reconhecida pelo valor da mensalidade no caso de longa permanência e pelo valor correspondente das diárias de estadia no caso de "senior day", acrescidos de serviços extras (Fisioterapia, Manicure, Cabelereiro entre outros) e utilização de medicamentos pelo residente. Os recebimentos antecipados são registrados na rubrica "Adiantamentos de Clientes" e reconhecidos no resultado quando da prestação do serviço. As deduções da receita bruta são compostas por descontos concedidos incondicionalmente, valores de planos de envolvidos e/ou cancelado e impostos sobre a receita. Os resultados também incluem os rendimentos, os encargos e as variações monetárias a indústrias ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes. **3.10 Investimentos** - Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **3.11 Resultado por ação** - Calculado por meio da divisão do resultado do exercício pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante cada exercício social. **3.12 Combinação de negócios** - As aquisições de negócios são contabilizadas pelo seu valor justo, que é a soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos pela Companhia com os antigos controladores da adquirida e das participações societárias emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida, na data de aquisição. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos. Na data de aquisição, exceto por limitadas exceções previstas no pronunciamento técnico CPC 15 (IFRS 3), os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo. O ágio é o resultado positivo da soma do valor justo da combinação de negócios, do valor das participações na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, se houver, deduzida dos valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da operação valorizados a valor justo. Se o resultado dessas operações não resultar positivo, o valor apurado é reconhecido imediatamente no resultado como ganho. Quando aplicável, se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do exercício no qual essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização está incompleta. Essas valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data. **3.13 Instrumentos Financeiros** - O CPC 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. **(f) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros** - O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: Mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio do Resultado Abrangente ("VJORA") e Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro não escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo. O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. **(ii) Redução no valor recuperável (impairment) - Ativos Financeiros** - O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos

# Publicidade Legal

>>>Continuação...

**b. Movimentação**

	Controladora				Depreciação	Saldo em 2019	Saldo em 2018
	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Transf. em 2019			
Terrenos	83.199	-	(37.099)	(20.800)	-	25.300	
Beneficiária					(3.490)	76.717	
Imóveis terceiros	80.207	-	-	-	(11)	87	
Instalações	98	-	-	-	(210)	1.586	
Máquinas e equipamentos	1.789	4	-	3	(560)	3.631	
Móveis e utensílios	4.190	5	-	(2)	(77)	429	
Equipamentos de informática	457	-	-	-	(194)	4.388	
Imóveis	4.582	-	-	-	-	8.938	
Imobilizado em andamento	8.633	305	-	-	-	-	
Direito de uso							
- Arrendamento	-	-	-	-	(9.238)	111.945	
<b>Total de custo</b>	<b>183.154</b>	<b>121.548</b>	<b>(37.099)</b>	<b>(20.800)</b>	<b>(13.780)</b>	<b>233.021</b>	

	Controladora				Depreciação	Saldo em 2019	Saldo em 2018
	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Transf. em 2019			
Terrenos	83.199	-	(37.099)	(20.800)	-	25.300	
Beneficiária					(3.660)	79.891	
Imóveis terceiros	82.349	1.254	(52)	-	(30)	74	
Instalações	88	16	-	-	(284)	2.241	
Máquinas e equipamentos	2.490	33	-	3	(670)	4.577	
Móveis e utensílios	5.122	127	-	(3)	(167)	667	
Equipamentos de informática	740	97	(3)	-	(29)	49	
Veículos	106	-	(28)	-	(194)	4.388	
Imóveis	4.582	-	-	-	-	8.941	
Imobilizado em andamento	8.635	824	(518)	-	-	-	
Direito de uso							
- Arrendamento	-	-	-	-	(10.018)	115.384	
<b>Total de custo</b>	<b>187.311</b>	<b>127.753</b>	<b>(37.700)</b>	<b>(20.800)</b>	<b>(15.052)</b>	<b>241.511</b>	

**11. Intangível**

**a. Saldos patrimoniais**

	Controladora				Consolidado			
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Agio								
Software	3.392	(600)	2.793	3.007	13.498	-	13.498	-
Aquisição de carteiras	171	(100)	70	70	12.244	(3.144)	9.100	10.210
Ponto comercial	880	(147)	734	781	880	(147)	733	780
Marcas e patentes	-	-	-	-	2.109	-	2.109	2.109
Acordo de não competição	-	-	-	-	2.837	(1.513)	1.324	1.891
<b>Total</b>	<b>4.443</b>	<b>(847)</b>	<b>3.597</b>	<b>3.858</b>	<b>35.259</b>	<b>(5.528)</b>	<b>29.731</b>	<b>31.713</b>

**b. Movimentação**

	Controladora				Consolidado				
	Saldo em 2018	Adições	Amortização acumulada	Saldo em 2019	Saldo em 2018	Baixas	Adições	Amortização acumulada	Saldo em 2019
Agio									
Software	3.007	84	(299)	2.793	13.498	-	84	(342)	2.967
Aquisição de carteiras	70	-	-	70	10.210	-	-	(1.111)	9.099
Ponto Comercial	780	-	(46)	734	780	-	-	(46)	734
Marcas e patentes	-	-	-	-	2.109	-	-	-	2.109
Acordo de não competição	-	-	-	-	2.837	-	-	(1.513)	1.324
<b>Total</b>	<b>3.858</b>	<b>84</b>	<b>(345)</b>	<b>3.597</b>	<b>31.713</b>	<b>-</b>	<b>84</b>	<b>(3.012)</b>	<b>29.731</b>

**c. Movimentação Amortização**

	Controladora				Consolidado			
	Saldo em 2018	Baixas	Adições	Saldo em 2019	Saldo em 2018	Baixas	Adições	Saldo em 2019
Software	(301)	-	(299)	(600)	(382)	-	(342)	(724)
Aquisição de carteiras	(100)	-	(60)	(160)	(2.033)	-	(1.111)	(3.144)
Ponto Comercial	(100)	-	(46)	(147)	(100)	-	(45)	(147)
Marcas e patentes	-	-	-	-	(946)	-	(567)	(1.513)
Acordo de não competição	-	-	-	-	2.837	-	-	(1.513)
<b>Total</b>	<b>(501)</b>	<b>-</b>	<b>(345)</b>	<b>(847)</b>	<b>(3.461)</b>	<b>-</b>	<b>(2.067)</b>	<b>(5.528)</b>

**d. Teste de impairment** - Para fins de teste de redução de valor recuperável, o ágio foi alocado para as unidades geradoras de caixa (UGCs) nos respectivos segmentos de negócios, e o ágio é composto da seguinte forma:

	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Saint Marie (casa de repouso)	13.498	13.498
As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2019 são:		
<b>Saint Marie</b>		
Taxa de desconto	-	17,8%
Taxa de crescimento na perpetuidade	-	5,6%

As taxas de desconto utilizadas foram calculadas antes dos impostos considerando o método do Custo Médio Ponderado de Capital ("Weighted Average Cost of Capital - WACC"), que considera custos do capital próprio e de dívida. O custo do capital próprio foi calculado através do método "Capital Asset Pricing Model - CAPM", utilizando valores e premissas alinhadas com as práticas de mercado para esses cálculos e considerando as particularidades de UGC. As projeções de fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para sete anos e taxas de crescimento na perpetuidade após este período. A Administração acredita que a taxa de crescimento na perpetuidade utilizada está em linha com a premissa que participantes do mercado utilizariam. O lucro operacional foi projetado com base no desempenho passado, medidas macroeconômicas de PIB e inflação ajustadas pelo crescimento previsto de vendas e expectativas de desenvolvimento dos mercados. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. O teste da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução de valor recuperável.

**12. Direito de uso e passivos de arrendamentos** - A Companhia efetua o arrendamento de alguns bens, principalmente imóveis (escritórios e unidades), que normalmente vigoram por um período de 1 (um) a 20 (vinte) anos. A movimentação de saldo para o período findo em 31 de dezembro de 2019 está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Adoção Inicial	121.183	-	124.770	-
Saldos em 1º de janeiro de 2019	121.183	-	124.770	-
Adição *	-	-	632	-
Baixa	-	-	-	-
Depreciação	(9.238)	(10.018)	(9.238)	(10.018)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	111.945	-	115.384	-
<b>12.1 Passivo de arrendamento</b>				
Circulante	9.289	10.135	9.289	10.135
Não Circulante	102.707	105.302	102.707	105.302
Saldos em 31 de dezembro de 2018	111.996	115.437	111.996	115.437
Adoção Inicial	-	-	-	-
Saldos em 1º de janeiro de 2019	(121.183)	(124.770)	(121.183)	(124.770)
Adição (*)	5.901	6.112	5.901	6.112
Pagamentos	3.337	3.853	3.337	3.853
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(111.996)	(115.437)	(111.996)	(115.437)

(\*) Reclassificação para propriedade para investimento (nota 3.5).

**d. Movimentação Depreciação**

	Controladora				Saldo em 2019	Saldo em 2018
	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Saldo em 2019		
Beneficiária em						
imóveis terceiros	(7.043)	(3.490)	-	(10.533)		
Instalações	(10)	(11)	-	(21)		
Máquinas e equipamentos	(404)	(210)	-	(614)		
Móveis e utensílios	(1.746)	(560)	-	(2.306)		
Equipamentos de informática	(473)	(77)	-	(550)		
Imóveis	(275)	(194)	-	(470)		
Direito de uso						
- Arrendamento	-	(9.238)	-	(9.238)		
<b>Total depreciação acumulada</b>	<b>(9.951)</b>	<b>(13.780)</b>	<b>-</b>	<b>(23.732)</b>		

	Controladora				Saldo em 2019	Saldo em 2018
	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Saldo em 2019		
Beneficiária em						
imóveis terceiros	(8.240)	(3.660)	-	(11.900)		
Instalações	(168)	(30)	-	(198)		
Máquinas e equipamentos	(424)	(284)	-	(708)		
Móveis e utensílios	(1.822)	(670)	-	(2.492)		
Equipamentos de informática	(614)	(167)	-	(781)		
Veículos	(50)	(29)	3	(79)		
Imóveis	(275)	(194)	-	(469)		
Direito de uso						
- Arrendamento	-	(10.018)	-	(10.018)		
<b>Total depreciação acumulada</b>	<b>(11.593)</b>	<b>(15.052)</b>	<b>3</b>	<b>(26.645)</b>		

**15. Salários, encargos e benefícios sociais**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Salários e encargos sociais	1.008	1.050	3.906	3.771
Bonificações	3.018	4.146	3.310	4.146
Provisão de férias	2.195	2.150	4.508	4.128
<b>Total</b>	<b>6.221</b>	<b>7.347</b>	<b>11.624</b>	<b>12.047</b>

**16. Impostos parcelados**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social	1.121	1.200	1.121	1.200
INSS	1.078	1.146	1.078	1.146
<b>Total</b>	<b>2.199</b>	<b>2.346</b>	<b>2.199</b>	<b>2.346</b>

**18. Patrimônio líquido**

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Patrimônio líquido	314.809.930	6.950.070	314.809.930	6.950.070
Participações EIRELI ("ORPEA")	80.440.000	80.440.000	80.440.000	80.440.000
<b>Total</b>	<b>400.250.000</b>	<b>15.400.000</b>	<b>400.250.000</b>	<b>15.400.000</b>

Em 20 de fevereiro de 2018, os acionistas subscreveram um total de 52.200.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (51.072.480 ações pelo Pátria Fund IV e 1.127.520 ações pelo Brazilian Private Equity IV), com a integralização de R\$55.300, com isso, o saldo a integralizar em 31 de dezembro de 2018 é de R\$16.828. Em 22 de março de 2019 firmou contrato de compra e venda entre Pátria Brazilian Private Equity Fund IV - FIP e Brazilian Private Equity IV, com vendedores e Doce Exploit Empreendimentos Participações EIRELI, como comprador, de 20% (vinte por cento) da participação societária da Brazil Senior Living SA. Em 29 de novembro de 2019, integralizando o montante de R\$13.462, com isso, o saldo a integralizar em 31 de dezembro de 2019 é de R\$3.366. De acordo com o estatuto social da Companhia, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório, calculado à razão de 1% do lucro líquido após a constituição da reserva legal e estatutária. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não apresentou lucros a serem distribuídos.

**19. Receita operacional líquida**

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Serviços	60.117	51.110	60.117	51.110
Home care	-	-	68.485	40.975
Hospital retardada	-	-	27.175	18.342
(-) deduções (*)	(3.390)	(2.965)	(8.796)	(6.425)
<b>Total</b>	<b>56.727</b>	<b>48.145</b>	<b>146.981</b>	<b>104.002</b>

(\*) As deduções da receita bruta são compostas por impostos, descontos concedidos incondicionalmente, valores de planos devolvidos e/ou cancelado e impostos sobre a receita. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente, e eventuais adicionais referentes a serviços pagos quando usados, "pay per use", disponíveis nas unidades. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre os serviços ao cliente. As faturas são emitidas até o quinto dia útil subsequente ao da prestação do serviço, ficando um mês reconhecido no contas a receber como "clientes a faturar". A política de reconhecimento de receitas está descrita na nota 3.9.Custos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Custos dos serviços prestados	22.727	21.873	55.213	46.791
Salários, Encargos e Benefícios	2.331	18.016	2.835	21.631
Serviços de terceiros	15.327	13.867	37.665	28.097
Depreciação e amortização	4.036	4.465	4.229	4.947
Depreciação - Ativo de direito de uso	9.238	-	9.238	-
Materiais, utilidades e outros custos	10.196	9.574	37.359	21.995
<b>Total</b>	<b>63.855</b>	<b>67.795</b>	<b>147.399</b>	<b>123.461</b>

**20. Despesas gerais e administrativas**

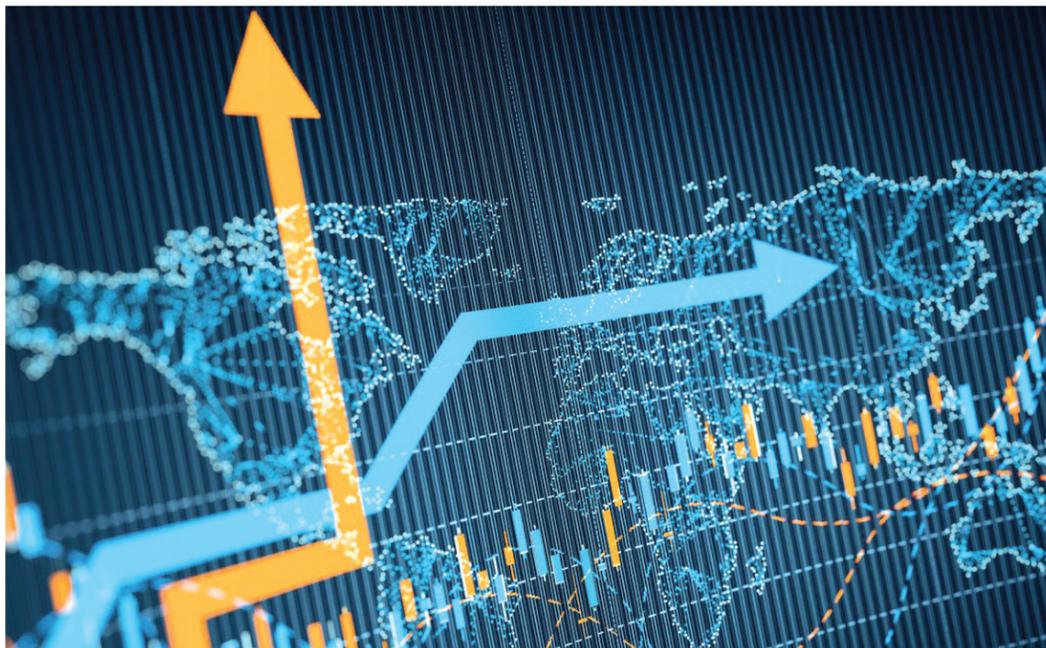
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Salários, Encargos e Benefícios	11.918	19.039	20.205	22.644
Ocupação	365	486	594	486
Serviços de terceiros	11.717	13.781	13.312	14.466
Depreciação e amortização	853	80	2.876	2.451
Materiais, utilidades e outros custos	2.429	2.213	2.758	3.314
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	321	-	321	-
<b>Total</b>	<b>27.603</b>	<b>36.120</b>	<b>40.065</b>	<b>43.361</b>

**21. Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras:	</			

## Investimentos

### Em um dia, empresas brasileiras anunciam R\$ 15 bi em captações



Com a liquidez sem precedentes no mundo, as empresas brasileiras anunciaram captações que podem superar os R\$ 15 bilhões, em apenas um dia. O momento aproxima a Bolsa do marco dos 100 mil pontos, que parecia inalcançável este ano, depois da eclosão da pandemia. Das ofertas de ações na B3, Lojas Americanas anunciou uma oferta que poderá chegar a R\$ 7 bilhões. A varejista vive um bom momento por conta do crescimento do e-commerce e está de olho em aquisições. Já a incorporadora JHSF vai lançar uma oferta da ordem de R\$ 400 milhões, também para acelerar sua estratégia digital. Na sexta-feira, suas ações dispararam depois de a XP decidir que comprará um de seus terrenos para constru-

ir de sua nova sede, batizada de Villa XP. A Cognia, por sua vez, anunciou que fará a oferta inicial de ações de sua subsidiária Vasta, empresa classificada como “Edtech”, ou seja, de tecnologia educacional. Esse lançamento, porém, será na Bolsa norte-americana Nasdaq. Não por acaso as três ofertas têm, em algum ponto, o “lado tecnológico”. Assim como o observado nas Bolsas dos Estados Unidos e da Ásia, companhias ligadas à tecnologia vão pular na frente de outras que já estavam na fila pré-pandemia.

Liquidez e mais liquidez. Para completar o tabuleiro de ofertas no mercado de capitais em apenas um dia, a Vale emitiu US\$ 1,5 bilhão em títulos de dívida (bonds) no exterior, para a qual atraiu demanda de US\$

9 bilhões. Desde que o mercado externo foi reaberto, no fim de maio, o Brasil e outros emissores latinos têm conseguido grandes volumes de recursos, assim que as emissões são anunciadas. As cinco emissões de bonds levadas a estrangeiros até aqui somavam US\$ 8,95 bilhões em novos bonds. A demanda superou os US\$ 40 bilhões.

Custo baixo. Isso tem feito com que o custo dessas captações tenha ficado em patamares semelhantes aos anteriores à crise da nova covid-19. As duas maiores operações foram da Petrobras e o Tesouro, que captaram R\$ 3,25 bilhões e R\$ 3,5 bilhões, respectivamente, atraindo o interesse do equivalente a US\$ 34 bilhões.

Biznews

### Ofertas de ações no Brasil dispararam apesar de pandemia; fusões e aquisições caem ao menor nível em 20 anos

O mercado de capitais brasileiro voltou à atividade com toda força no segundo trimestre do ano, impulsionado por investidores locais procurando alternativas aos retornos mínimos com renda fixa, ainda que a crise do Covid-19 continue aumentando o impacto negativo sobre a economia.

As ofertas de ações de empresas brasileiras cresceram 10% no primeiro semestre, para 9,9 bilhões de dólares, segundo dados da Refinitiv, surpreendendo muitos banqueiros de investimento, es-

pecialmente pelo contraste com a paralisia do mercado de fusões e aquisições

Empresas de outros mercados da América Latina não recorreram a ofertas de ações, com a empresa aérea panamenha Copa Holdings como a única empresa não brasileira a concluir uma venda de ações na região. Na América Latina, as ofertas de ações caíram 13%, para 10,2 bilhões de dólares.

A primeira onda de transações depois do início da pandemia de Covid-19 foi de ofertas subsequentes (de empresas já listadas) buscan-

### Ações do Twitter dispararam com projeto de assinatura

O Twitter abriu contratação para um novo projeto, batizado de Gryphon. Na descrição das vagas, anunciadas na própria plataforma do Twitter, são procurados engenheiros da computação para “colaborar estreitamente com a equipe de pagamentos e a equipe do Twitter.com”, bem como liderar a área de pagamento e assinatura voltada ao cliente.

O Twitter não fez nenhum anúncio sobre o projeto e, procurado, não quis comentar as contratações. No entanto, investidores e consultores do setor interpretam o movimento como indício que a rede social prepara o lançamento de algum serviço por assinatura.

Essa suposição fez as ações do Twitter subirem 7,3% nesta quarta-feira (8), a US\$ 35,41 (R\$ 189,44), maior valor desde 8 de junho, antes

de grandes marcas suspendem anúncios em redes sociais em apoio à iniciativa Stop Hate for Profit (Pare o ódio pelo lucro, na tradução livre).

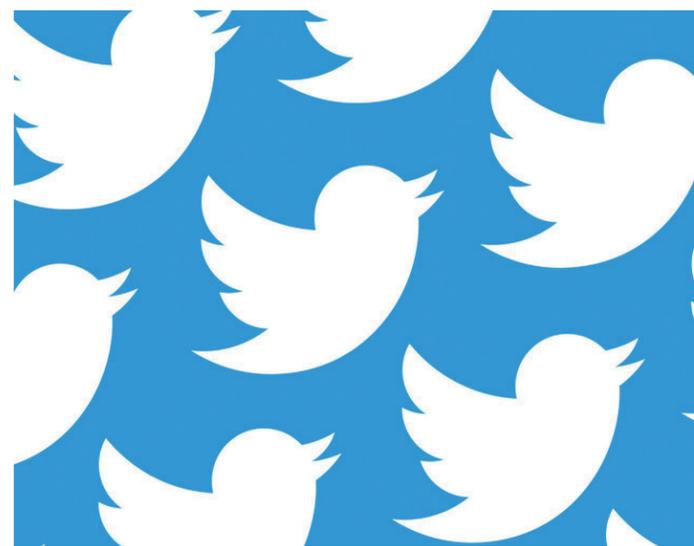
Mais de 80% da receita do Twitter vem de anúncios.

No primeiro trimestre deste ano, a companhia teve receita de US\$ 808 milhões (R\$ 4,3 bilhões) e prejuízo líquido de US\$ 8 milhões (R\$ 42,8 milhões), ambos resultados acima das estimativas do mercado.

Na ocasião, a empresa disse que tem como objetivo conter perdas cortando seu orçamento, inclusive limitando a contratação nas áreas de desenvolvimento de produtos, pesquisa e suporte ao usuário.

Há alguns anos o Twitter busca novas formas de receita e já estudou lançar uma versão paga da rede social em 2017.

Julia Moura/Folhapress



do “capital de resgate”, disse o diretor de Equity Capital Markets para a América Latina do Morgan Stanley, Eduardo Mendez. O banco liderou os rankings de emissões de ações na América Latina e Brasil no primeiro semestre.

Foi o caso da varejista de eletroeletrônicos Via Varejo, que teve alta demanda por sua oferta de ações de 4,45 bilhões de reais no mês passado, ainda que boa parte das suas mais de mil lojas físicas estivesse fechada por restrições para conter a pandemia. O Grupo SBF, dono da varejista de

artigos esportivos Centauro, também fortemente afetada pela pandemia, levantou 900 milhões de reais em junho.

A taxa Selic ao recorde histórico de 2,25% aumentou o apetite dos investidores por retornos potencialmente mais altos dos IPOs. Enquanto investidores estrangeiros continuam cautelosos, muitos investidores locais continuaram comprando ações mesmo durante os períodos de maior volatilidade do Ibovespa. No segundo trimestre, o índice subiu mais de 30%.

Biznews

## Energia eólica offshore promete impulsionar o futuro do Brasil



Com cerca de 8 mil quilômetros de costa, o Brasil tem um potencial imenso para uma das tecnologias mais modernas de energia renovável: a eólica offshore, que usa turbinas fixas ou flutuantes instaladas no mar, enquanto na onshore os equipamentos ficam em terra.

O país está entre os destaques de um recente estudo sobre o tema, produzido pelo Programa de Assistência Gerencial ao Setor de Energia (ESMAP, na sigla em inglês) e pela Corporação Financeira Internacional (IFI), braço do Grupo Banco Mundial para o desenvolvimento do setor privado. “O Brasil é muito ativo em energia eólica e, apesar de ainda ter muito potencial onshore para explorar, o governo expressou forte interesse em desenvolver o offshore”, contou um dos autores do estudo, o especialista sênior em energia do ESMAP, Oliver Knight.

Além do Brasil, o estudo analisa Índia, Marrocos, Filipinas, África do Sul, Sri Lanka, Turquia e Vietnã. Somados, esses países têm potencial eólico offshore (medido em 200km de costa) de 3,1 terawatts – cerca de três vezes a capacidade instalada de geração de eletricidade de todos os países da União Europeia. Desse total, 1,228 terawatts vêm da maior economia sul-americana.

No último ano, o Grupo Banco Mundial e o governo brasileiro participaram de eventos e estudos conjuntos,

que também deram origem ao Mapeamento da Energia Eólica Offshore no Brasil, e em 2020 analisarão formas de dar vazão ao potencial do país.

Antes de pensar no futuro da energia eólica offshore, inclusive no Brasil, é importante entender onde, como e por que a tecnologia se tornou viável.

A Europa está na vanguarda dessa indústria desde que o primeiro parque eólico offshore foi instalado em 1991, em Vindeby, no leste da Dinamarca. Ela contava com 11 turbinas, cada uma gerando 450 quilowatts (kW) para uma capacidade total de quase 5 megawatts (MW). Fechada em 2017, abriu o caminho para parques eólicos offshore em toda a Europa.

Nações Unidas

## GM América do Sul reduz consumo de energia por unidade produzida em suas fábricas



A GM conseguiu reduzir em 56% o consumo médio de energia por unidade produzida em suas fábricas na América do Sul entre 2003 e 2019, e é a única empresa do setor automotivo reconhecida com o prêmio Energy Star Challenge for Industry na região.

As fábricas de São José dos Campos, no Brasil, e de Rosario, na Argentina acabam de receber a premiação, unindo-se às unidades de Gravataí, São Caetano do Sul, Mogi das Cruzes e Equador, que já receberam o reconhecimento. A conquista é mais um passo dentre as iniciativas da companhia rumo a um futuro com zero acidente, zero emissão e zero congestionamento.

## Dow passará a utilizar energia solar de novo parque em Juazeiro (BA)

A Dow passará a usar energia solar nas operações de sua planta em Aratu. Para agregar esta nova fonte de energia à matriz energética da fábrica, a companhia assinou um PPA (Power Purchase Agreement, acordo de compra de energia elétrica, em português) com a Atlas Renewable Energy, empresa comprometida em acelerar o caminho para 100% de energia mais sustentável na América Latina e que já possui parques na Bahia.

Para abastecer a Dow e outras companhias, um novo parque solar será implantado pela Atlas em Juazeiro, no extremo norte do estado. A usina Jacarandá terá capacidade instalada de 187 MWp.

A iniciativa da Dow na Bahia é um dos destaques

nas metas globais anunciadas pela companhia de reduzir as emissões líquidas anuais de carbono em 5 milhões de toneladas até 2030, com a meta de ser neutra em emissões globais de carbono até 2050.

Na mesma linha, em outubro de 2019, a Dow assinou um acordo com a Central Puerto para garantir o fornecimento de energia eólica à sua planta em Bahía Blanca, na Argentina.

“A parceria com a Atlas aumentará a competitividade da unidade de Aratu e reforça o compromisso da Dow com suas operações na Bahia”, destaca Diego Arango, diretor geral da planta de Aratu. Além de energia solar, a planta de Aratu continuará a ser abastecida por energia hídrica e de biomassa”, completa.

Biznews



O Energy Star é um desafio organizado pelo US EPA (Agência de Proteção Ambiental dos EUA), que afere as métricas de consumo de energia e concede um selo de excelência às fábricas que conseguem reduzir seu gasto por unidade produzida em pelo menos 10% em até cinco anos.

A operação de Rosario reduziu seu consumo por unidade em 10,4% entre 2017 e 2019 e a fábrica de estamparia do Complexo Industrial de São José dos Campos diminuiu em 24,3% no mesmo período.

Entre as medidas que fizeram as operações conquistarem essa importante redução estão: a otimização dos processos produtivos; a substituição de iluminação

antiga por LED; a eliminação contínua de desperdícios de ar comprimido; o desligamento eficiente dos equipamentos em horários não produtivos; a substituição de compressores e motores por máquinas mais eficientes e com variador de velocidade, e o treinamento e conscientização dos funcionários para o uso eficiente da energia e eliminação dos desperdícios.

Além do Equador, as operações da GM no Brasil também já tiveram o reconhecimento do Clean Energy Ministerial, sendo que as unidades de São Caetano do Sul, Mogi das Cruzes, Gravataí e Rosario também possuem a certificação ISO 50.0001.

Biznews

## Indústria

### Indústria cresceu em 12 dos 15 locais pesquisados pelo IBGE em maio



No primeiro mês de recuperação da indústria desde o início da pandemia, a produção cresceu em 12 dos 15 locais pesquisados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), com resultados negativos apenas no Espírito Santo, Ceará e Pará.

Puxada pela retomada das operações em montadoras de veículos, a produção industrial subiu 7% em maio, depois de amargar tobo de 18,8% em abril, primeiro mês com quatro semanas inteiras de isolamento social para controlar a pandemia do novo coronavírus.

Para o gerente da pesquisa, Bernardo Almeida, o resultado reflete “a volta da produção de algumas unidades

após a suspensão das atividades por conta da Covid-19 em março e, principalmente em abril”. Maior parque industrial do país, São Paulo puxou a média nacional, com alta de 7% na produção em maio.

Paraná (24,1%) e Rio Grande do Sul (13,3%) foram os outros locais com maior influência no resultado nacional, disse o IBGE. “O setor de veículos, muito forte em São Paulo e no Paraná, teve atuação importante neste aumento de maio”, comentou Almeida.

Os dados do IBGE mostram, porém, que a recuperação em maio ainda não foi suficiente para compensar os efeitos da pandemia nos meses anteriores. No acu-

mulado do ano, a produção industrial ainda recua em 13 dos 15 locais pesquisados pelo instituto.

E na comparação com o mesmo mês do ano anterior, apenas Goiás registrou aumento na produção industrial, de 1,5%, resultado impulsionado pelo ramo de produtos alimentícios, único segmento que registra crescimento na média móvel trimestral.

Em São Paulo, mesmo com a alta em maio, a produção industrial está no segundo pior patamar da série histórica, iniciada em janeiro de 2002. A situação da indústria paulista é melhor apenas do que em abril, quando o nível de produção atingiu o fundo do poço.

Nicola Pamplona/Folhapress

### Mercado de veículos só deve voltar ao patamar pré-pandemia em 2025



Com a volta de fábricas após paralisação forçada pela pandemia do novo coronavírus, a produção de veículos no Brasil cresceu 129,1% em junho ante maio, para 98,7 mil unidades, informou nesta segunda-feira, 6, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

“Era um crescimento esperado, porque mais montadoras voltaram a produzir em junho”, disse o presidente da Anfavea, Luiz Carlos Moraes, em coletiva online. Segundo ele, faltam apenas duas fábricas retomarem a produção. As plantas devem voltar a operar em meados de julho, ele disse.

### Mineradora fica mais próxima de receber R\$ 100 milhões da canadense Fairfax

A Mineração Taboca ganhou o segundo round na disputa por uma indenização de R\$ 100 milhões com a seguradora canadense Fairfax. A 7ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo anulou uma sentença que livrava a companhia de seguros a arcar com o sinistro por conta do acidente ocorrido na barragem Pitanga II, na Amazônia, em 2015.

Alegando que teria havido o agravamento de risco, a Fairfax conseguiu na primeira instância impedir o pagamento da indenização. No entanto, em decisão unânime, os desembargadores consideraram que não se pode fazer tal alegação sem que isso seja plenamente comprovado

com análise especializada.

Sim ou não? A questão é complexa e envolve conhecimentos de mecânica de solos e engenharia barragista. Para o relator do recurso, Miguel Brandi, é “imprescindível analisar tecnicamente a conduta da autora e as condições da barragem após o início da vigência do seguro, para só depois se discutir o direito ou não à indenização securitária”.

Recomeça. Na decisão, a turma julgadora destacou que não ficou comprovado que a Mineração Taboca tenha agido de má-fé ou que deixado deliberadamente de tomar as providências necessárias para evitar o acidente. Agora, o caso volta para fazer perícia na primeira instância. Procurada, a Fairfax não comentou.

Biznews



O volume de junho, contudo, está 57,7% abaixo do nível de junho do ano passado, ainda como efeito da pandemia. “A produção está em voltando em ritmo menor, por causa da implementação dos cuidados com a saúde”, disse o executivo.

No acumulado do ano, as fábricas produziram 730 mil unidades, número 50,5% menor que o do primeiro semestre do ano passado.

Para a Anfavea, só em 2025 o mercado de veículos novos no Brasil deve voltar a ter o ritmo de vendas que registrou em 2019, antes da pandemia. A estimativa levou em consideração que o mercado deve se recuperar a

uma taxa média de 11% ao ano, a mesma registrada pela indústria nos anos seguintes à crise econômica de 2015 e 2016. Para este ano, a associação, prevê retração de 40% nas vendas.

Pelo menos 103 mil veículos vendidos em junho só devem ser emplacados em julho, em razão de atrasos burocráticos decorrentes da pandemia. Além disso, foram emplacadas em junho cerca de 30 mil unidades vendidas em abril e maio.

A exportação de veículos somou 19,4 mil unidades em junho, quase cinco vezes o volume registrado em maio. O crescimento foi de 397%.

Estado SP/Biznews

## Business Messages: nova ferramenta do Google que facilita comunicação de empresas



O Business Messages é uma nova ferramenta do Google que visa facilitar a comunicação entre marcas e clientes. Por meio do recurso – que é global –, qualquer pessoa pode enviar mensagens para empresas a partir de suas pesquisas, sejam elas feitas no buscador ou no Google Maps.

A ferramenta é resultado de um trabalho entre Google e Take, empresa brasileira que desenvolve soluções conversacionais e chatbots.

“Com o novo canal, temos a grande oportunidade de aprimorar ainda mais a comunicação entre empresas e pessoas, e em uma ferramenta que já faz parte do cotidiano das pessoas. O Business Messages vai melhorar a experiência dos

usuários com as marcas, que terão uma presença digital ainda maior”, explicou Roberto Oliveira, CEO da Take.

Com o Business Messages, o contato entre usuários e empresas passa a ser facilitado. O recurso permite que marcas tirem dúvidas, mantenham informações atualizadas, publiquem imagens, compartilhem notícias, visualizem comentários e integrem chatbots. O resultado é mais produtividade, já que, no atendimento via mensagem, um único funcionário pode falar simultaneamente com vários clientes.

“Ao pesquisar por empresas no Google, as pessoas poderão falar diretamente com elas por mensagem, acessando o Google Business Messages. Ou seja, o canal

possibilita ao usuário entrar em contato com uma marca de maneira prática, sem precisar ligar para o estabelecimento”, afirmou Oliveira.

A Coca-Cola, por exemplo, que já é cliente da Take, é uma das marcas a estreitar a ferramenta. “O Business Messages do Google chega para complementar a nossa oferta de canais de chat para o esclarecimento de dúvidas sobre promoções e produtos, além de dicas de ofertas e serviços delivery”, disse Tatiana Michelin, gerente de Relacionamento com o Cliente da Coca-Cola Brasil.

Embora o Business Messages seja semelhante ao Google My Business, a novidade conta com possibilidades de integração de API e uso de bots.

## Bridgestone e Microsoft desenvolvem ‘pneu inteligente’

A Bridgestone e a Microsoft estão desenvolvendo um sistema de monitoramento de danos nos pneus que usará a plataforma Microsoft Connected Vehicle. A ideia das empresas é criar um sensor que detecte problemas nos pneus em tempo real e ajude os motoristas no momento de dirigir.

Segundo o Business Insider, carros de luxo mais modernos contam com sistemas de monitoramento da pressão dos pneus, mas nem sempre indicam quando existe algum tipo de problema específico no pneu. Com

o sistema da Microsoft, o motorista pode ter um indicador do que exatamente está causando o problema.

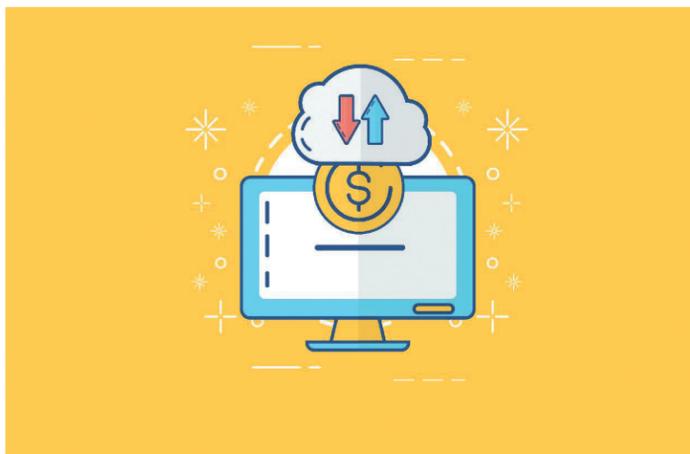
Outro atrativo da tecnologia é que o sistema pode indicar o momento exato em que algo de errado aconteceu e atingiu o pneu, como um buraco, por exemplo.

Com as informações coletadas, as empresas podem avisar até os governos locais sobre melhorias a serem feitas nas ruas e estradas, caso um grande número de acidentes e danos aconteçam em um determinado período.

IstoéDinheiro



## Japão começa a estudar possível popularização de moedas virtuais



O Banco do Japão vai começar a fazer experimentos para checar a viabilidade do uso de moedas digitais como alternativa para o dinheiro de papel.

Não há planos imediatos para o uso de uma versão digital do yen, a moeda japonesa, em substituição à moeda de papel. Mas o Banco do Japão anunciou um estudo com um banco central responsável por emitir um dinheiro digital, e quer entender quais são os maiores obstáculos para a popularização de moedas virtuais – e os desafios que elas oferecem

para instituições financeiras.

Entre potenciais desafios, a instituição teme que queda de energia ou problemas de rede possam causar danos econômicos. No Japão, essas questões são delicadas, considerando que o país experimenta terremotos com frequência, e uma pane em um sistema de moeda virtual pode resultar em caos.

Outra questão ser estudada é a adoção da tecnologia pela população japonesa. Atualmente, estimativas apontam que 65% dos moradores do país possuem um smartphone, mas o número é consideravelmente menor quando a população mais ve-

lha é levada em consideração.

Assim, uma migração total para uma plataforma de pagamentos digitais pode ser desastrosa para idosos e população vulnerável.

Portanto, o objetivo é encontrar uma solução que seja viável para ser amplamente usada ao mesmo tempo que funciona mesmo offline, e que não exige um smartphone para os pagamentos.

O Japão não é o primeiro país a olhar para moedas virtuais como opção para o futuro: a China também já testa um sistema parecido, e pretende fazê-lo em cidades como Shenzhen e Pequim em breve.

Biznews

## Negócios

### O futuro da economia: o novo jeito de comprar e vender pós-pandemia



**H**ábitos adquiridos durante a pandemia devem permanecer quando o distanciamento social não for mais necessário. Um deles é a digitalização do consumo. A tendência é de que as pessoas continuem comprando mais pela internet, como mostrou estudo da Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC), em maio. O levantamento apontou que 70% dos entrevistados (em um universo de 1 mil pessoas) pretende continuar comprando mais online do que antes da covid-19.

— Muitas pessoas que se negavam a utilizar aplica-

tivos ou sites para compra de produtos precisaram consumir digitalmente, aprendendo que existe um mar de opções no mercado e que economizar pode ser muito mais fácil nas buscas online — observa Adnan Jebailey, economista do Instituto de Economia da Associação do Comércio e Indústria de Franca (Acif), em São Paulo.

Os consumidores pós-pandemia também tendem a realizar em casa serviços antes feitos fora, como cuidados com a beleza (unha, sobrancelha, cabelo) e alimentação, e a preocupar-se mais com o conforto do lar — fruto do home office.

— Uma parte da população vai começar a desenvolver parte das suas tarefas em casa, e com isso vai existir um movimento de buscar adaptar suas casas para a nova realidade — acredita Patrícia Palermo, economista-chefe da Assessoria Econômica do Sistema Fecomércio-RS/Sesc/Senac.

Além das mudanças no comportamento, há um fator crucial: a renda das pessoas irá diminuir, o que impacta diretamente no consumo. Foram 1.487.425 vagas fechadas no país entre março e maio — Caxias do Sul perdeu, no mesmo período, 8,7 mil postos de trabalho.

Biznews

### Como os motoboys se tornaram um alerta sobre a pororoca na economia



**Q**uem comparou o fluxo de incontáveis motoboys a um rio caudaloso tomando conta da Avenida Faria Lima, em São Paulo, na manifestação dos entregadores realizada dia 1º de julho, cometeu um equívoco geográfico e sociológico.

O movimento lembrou mais uma pororoca, a inundação que contraria curvas de nível e sobe contra a corrente, roendo margens e devolvendo à terra o entulho que a corrente levaria para o mar.

Imagens como as do vídeo disponível logo abaixo são, na verdade, sinal de que os marginalizados do mercado, mão de obra informal e até chamada de invisível, a despeito de seus uniformes em cores berrantes, têm de ser consi-

### JBS anuncia investimentos de R\$ 180 milhões em indústria em SC

**C**om investimentos da ordem de R\$ 180 milhões, a JBS anunciou nesta quarta-feira, 8, o lançamento das obras de construção de uma nova fábrica para a produção de biodiesel em Mafra (SC). A previsão para inauguração é junho do ano que vem.

De acordo com a empresa, a nova unidade está sendo instalada em uma área de 76 mil metros quadrados com capacidade de produção de aproximadamente 1 milhão de litros de biodiesel/dia.

A operação exigirá 500 novos postos de trabalho de forma direta ou indireta.

Com esta indústria, a JBS espera aumentar a sua atual capacidade produtiva de biodiesel de 310 milhões para 670 milhões de litros/ano.

A previsão é de Nelson Dalcanale, presidente da JBS Novos Negócios, unidade responsável pela JBS Biodiesel, que hoje já opera duas unidades para a produção do biocombustível: Lins (SP) e Campo Verde (MT).

A grande parte da matéria prima utilizada é relacionada a gorduras animais provenientes de suas indústrias de processamento de carne.

IstoéDinheiro



derados muito mais seriamente do que foram a até agora.

Antes que a crise econômica fosse agravada pela pandemia, esse exército malpago crescia na onda da economia dos apps, uma das alternativas de subemprego para os 12% da força de trabalho já então excluídos do mercado formal.

Se a emergência sanitária fez aumentar a quantidade de mão de obra disponível para as entregas, com a paralisação até do restante da economia informal, a inédita demanda pelos serviços para os sitiados pelo vírus permitiu absorver parte dos novos desocupados, mas aviltou ainda mais a já precária relação de trabalho entre entregadores e empresas intermediadoras.

Motoboys são um problema social e de saúde do trânsito

to nos centros urbanos desde o tempo em que eram utilizados na entrega de documentos que hoje circulam apenas em formato digital. A dimensão alcançada agora pela precariedade da atividade é três vezes mais preocupante, pela quantidade deles em atuação.

Mas é o risco de que nem essa ocupação esteja disponível logo mais, para boa parte deles, que torna o cenário ainda mais dramático. Ou seja, a vida está ruim para eles e para o país no modelo atual — e a tendência é de que as coisas sejam piores daqui a algum tempo.

A reabertura da economia vai reduzir o volume de entregas, mesmo que muitos dos consumidores tenham migrado definitivamente para esse tipo de serviço.

Veja